



CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS

e suas TECNOLOGIAS >>

História

Fascículo 8
Unidades 15 e 16

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Wilson Witzel

Vice-Governador
Claudio Castro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado
Leonardo Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado
Pedro Fernandes

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente
Gilson Rodrigues

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional
Cristine Costa Barreto

Elaboração de História
Gilberto Aparecido Angelozzi
Gracilda Alves
Sabrina Machado Campos
Denise da Silva Menezes do Nascimento
Márcia Pinto Bandeira de Melo
Marcus Ajurum de Oliveira Dezemone
José Ricardo Ferraz
Priscila Aquino da Silva
Inês Santos Nogueira
Renata Moraes
Erika Arantes
Maria José Carvalho
Rafael Cupello Peixoto
Gustavo Souza
Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa
José Meyohas

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional
Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo
Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional
Gabriel Ramos Gomes da Costa
Renata Vittoretti

Coordenação de Produção
Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção
Bianca Giacomelli
Projeto Gráfico e Capa
Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura das Unidades
Andreia Villar

Diagramação
Camille Moraes
Filipe Dutra
Fernanda Novaes
Larissa Averbug
Mario Lima
Núbia Roma

Ilustração
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Renan Alves
Vinicius Mitchell

Produção Gráfica
Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Sumário

Unidade 15 Afasta de mim esse cale-se: a redemocratização brasileira	5
---	---

Unidade 16 Para entender o mundo em que vivemos	33
---	----

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "nome de usuário" e "senha".

Feito isso, clique no botão "Acesso". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Afasta de mim esse cale-se: a redemocratização brasileira

Fascículo 8
Unidade 15

Afasta de mim esse cale-se: a redemocratização brasileira

Para início de conversa...



Figura 1: Aprovação da Constituição de 1988 (Foto: Agência Senado)

O que você observa nesta imagem? Onde se passa e quem seriam essas pessoas? Essa foto representa o momento no qual a atual Constituição brasileira foi aprovada, em 05 de outubro de 1988, na Câmara dos deputados. Mas você sabe o que é uma Constituição e para que serve? Ela é a lei máxima de um país e serve para regulamentar as relações entre os homens em uma sociedade. A nossa atual Carta Constitucional também é conhecida como Constituição Cidadã porque pôs fim aos anos de chumbo do regime militar, acabando com o resquício da ditadura e retomando a democracia no Brasil. A partir desse momento, o povo escolheria seus representantes.

Você lembra em quem votou nas últimas eleições? O processo eleitoral é uma parte importante da democracia, afinal, somos nós, cidadãos, através do voto, que escolhemos quem tomará as decisões mais importantes para todo o país. Mas, só votar de forma consciente não basta, precisamos fiscalizar e cobrar dos nossos candidatos durante todo o tempo em que estiverem nos representando.

Você já leu a nossa Constituição? Isso é um exercício de cidadania, pois conhecer a Constituição é uma forma de saber nossos deveres e direitos. Procure-a na biblioteca do seu colégio ou da sua cidade. Também é possível consultá-la pela internet (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Leia, informe-se e participe da nossa democracia.

Nessa unidade, aprenderemos como estava a situação política, econômica, social e cultural do Brasil no período de 1980 a 1990. Trataremos de assuntos como o mercado de trabalho, a cidadania, os movimentos sociais e a vida cotidiana dos brasileiros e brasileiras que viveram num período classificado por alguns como “década perdida”. Bom estudo!

Objetivos da aprendizagem

- Compreender os movimentos de dominação e resistência na ditadura civil-militar e no processo de redemocratização;
- Contextualizar os diferentes agentes que contribuíram para as sucessivas crises político-econômicas no Brasil;
- Analisar a situação socioeconômica brasileira e sua repercussão;
- Analisar o processo histórico de redemocratização e seus desdobramentos.

Seção 1

Redemocratização do Brasil

Você sabe quem faz as leis de nosso país? No Brasil, cabe ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas Estaduais e às Câmaras Municipais discutir e elaborar a legislação e está sob nossa responsabilidade, através do voto, escolher esses membros do poder legislativo. Todavia, senadores, deputados e vereadores não atuam de forma totalmente independente. Eles precisam manter uma relação de diálogo com o **chefe do poder executivo** que tem o direito de vetar as propostas apresentadas. Lembra-se que na aula sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil estudamos que o direito de voto foi restringindo, que perdemos o poder de escolher os nossos governantes? E você, considera o voto um momento importante? Pois saiba que milhares de pessoas foram às ruas, em todo o país, exigir o retorno da democracia e o direito de eleger o presidente da República. Era o movimento das Diretas Já!

Mas antes de abordarmos o contexto interno desse processo de redemocratização do país, é preciso lembrar que os fatores externos têm repercussão no Brasil, e nesse caso, não podemos esquecer o papel dos Estados Unidos (EUA). Afinal, a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1955-1975) mudou consideravelmente a sua política externa. Era preciso recuperar o apoio da população norte-americana e o prestígio diante dos demais países, principalmente aqueles que condenavam as suas ações bélicas. E o discurso anticomunista até então usado como pano de fundo para o apoio às ditaduras militares, inclusive no Brasil, já não convencia mais. Era preciso mudar de estratégia.

Assim, para recuperar seu prestígio dentro e fora do país, os EUA passaram a usar o discurso da defesa dos Direitos Humanos. Afinal, no que consistiam esses direitos? Essa forma do direito é a garantia aos homens, mulheres e crianças de que suas liberdades sejam garantidas e que todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária perante a lei.

Apoiar regimes autoritários latino-americanos e condenar a falta de democracia na União Soviética (URSS), não parece uma contradição? Cada vez mais ficava evidente o tratamento diferente dado pelos EUA aos países capitalistas e aos socialistas. A política do "faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço" perdia força na América Latina. Esse novo discurso em defesa das liberdades e da igualdade pelo governo norte-americano associado à repressão, cada vez mais violenta, dos regimes ditatoriais, levou os EUA a advertirem publicamente o general Geisel sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. Não custa lembrar que estamos nos referindo a uma época em que pessoas estavam sendo mortas, presas, exiladas, desaparecidas, como no caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, durante o governo Geisel numa prisão do DOI-CODI, em São Paulo.



Figura 2: Vladimir Herzog.

Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura São Paulo – Fundação Padre Anchieta, militante do Partido Comunista Brasileiro, foi torturado até a morte nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, em São Paulo, após ter se apresentado ao órgão para “prestar esclarecimentos” sobre suas supostas ligações e “atividades criminosas”.

Mas era apenas a preocupação com os direitos humanos que fazia os EUA passarem de aliados do governo militar a defensores da liberdade e da democracia? Certamente, a resposta é não! Havia também as questões econômicas, principalmente o desejo de pôr fim ao estatismo e intervencionismo praticados pelo Brasil – uma das economias mais fechadas do mundo, com suas estatais em segmentos estratégicos (petróleo, siderurgia, energia elétrica, telefonia, etc.) – possibilitando a abertura de alguns setores da economia brasileira aos investimentos, empresas e capitais estadunidenses.

Desejava-se assim, não apenas a liberdade política e individual, mas também a liberdade econômica.

Se os interesses norte-americanos nos ajudam a entender o apoio da maior potência na abertura política do Brasil, as questões econômicas também são fundamentais para compreender as oposições internas a ditadura militar. Os problemas derivados da crise e recessão mundial abalaram nosso equilíbrio financeiro e mostraram as limitações do “milagre brasileiro” que não foi capaz de manter o processo de crescimento econômico.

Você já ouviu o provérbio “é melhor amigo na praça do que dinheiro no bolso”? Essas palavras da sabedoria popular não se aplicavam ao momento que os brasileiros viviam. Vários setores da sociedade deixaram de ver os militares como o “amigo na praça” que resolveria os problemas do país (como o medo do comunismo e da desordem, a promoção do crescimento econômico aliado ao bem estar social). Ao mesmo tempo a crise e a falta de recursos aumentavam o desejo de ter “dinheiro no bolso”: a opinião pública espremida entre o arrocho salarial, o aumento dos preços e a censura política, se voltou contra o regime. A crise econômica foi, portanto, um fator fundamental na crescente oposição ao regime militar e no processo de abertura política.

Essa crescente oposição interna e externa levou os militares a atuar e governar no sentido de uma abertura política de forma lenta, gradual e segura, para:

- não entrar em conflito direto com os representantes da linha dura, ou seja, os militares menos favoráveis ao retorno do poder aos civis;
- não permitir a chegada ao poder dos principais opositores do regime militar e
- ao mesmo tempo não permitir uma mudança brusca, uma derrubada do poder militar. Seria, assim, uma mudança dentro da ordem e sob o comando dos próprios militares.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, dando início a um lento processo de transição em direção à democracia. Seu governo coincidiu com o fim do milagre econômico em função da crise do petróleo e da recessão mundial que diminuíram créditos e empréstimos ao Brasil. Neste momento, ao lado da recessão cresceu a oposição ao regime, tornando cada vez mais necessárias ações que dessem sinais de abertura.

No sentido de uma abertura gradual e ordenada e acreditando que tinha o povo e a opinião pública ao seu lado, a ditadura realizou eleições para o Parlamento, em 1979. Mas diferentemente do que os governantes esperavam, a eleição foi uma estrondosa vitória da oposição. O êxito do MDB nas urnas foi um sinal da insatisfação do povo com o regime. Ao se dar conta das limitações de seu prestígio, os militares se rearticularam e aumentaram os atos de violência, tal como observamos no episódio do Riocentro. Todavia, diante da insatisfação popular em meio à crise econômica e do aumento do apoio político dado à oposição nas eleições, Geisel toma medidas no sentido da redemocratização: em 1978, o AI-5 é abolido e o direito ao *habeas corpus* foi restabelecido.



Figura 3: Reportagem do Jornal do Brasil sobre o atentado do Riocentro.



Figura 4: Carro com o corpo do oficial que segurava a bomba no Atentado do Riocentro.

Ao mesmo tempo, crescem as manifestações. A sociedade não assistiu passiva e calada aos desmandos do regime. Sindicatos, Igreja, imprensa, artistas, enfim, diversos setores da sociedade se mobilizaram contra a ditadura militar. O processo de abertura deixou de ser conduzido pelos militares e passou para as mãos da sociedade civil, tendo à frente instituições como:

- a ABI (Associação Brasileira de Imprensa),
- a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil),
- o CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) e
- as Universidades.

Nesse momento também ganham força as grandes mobilizações de massa pela Anistia e pelas Diretas Já!

Como você já viu, inúmeras foram as formas de resistência ao regime militar: lutas armadas, guerrilhas, passeatas, movimentos artísticos. Assim, várias manifestações populares se espalharam pelo país, dentre as quais podemos destacar as dos trabalhadores e dos estudantes. Nesse contexto, assumiu a presidência o general Figueiredo que governou de 1979 a 1985. Seguindo na linha de uma lenta abertura do regime, Figueiredo publicou a lei da **Anistia** que permitia o retorno de exilados e condenados por crimes políticos e aprovou a lei que restabelecia o pluripartidarismo no país. Os partidos até então permitidos continuaram a atuar com novos nomes (a ARENA passou a ser denominada PDS e o MDB mudou o nome para PMDB) e outros partidos foram criados, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esses novos partidos terão uma atuação importante no retorno da democracia, destacando no cenário nacional políticos como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Lula, que irão liderar a mobilização da sociedade em prol das eleições diretas para presidente da República.

A campanha pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foi coordenada por um comitê formado por intelectuais, artistas, jornalistas, políticos progressistas, religiosos de vários credos, sindicalistas e estudantes, no final dos anos 70, denominado Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

Familiares, amigos e advogados de vítimas do regime militar começam a tecer redes de informações e de proteção aos militantes e às atividades políticas. Em 1975, é criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

Em 1978, surge o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e são criados vários comitês pelo Brasil com a efetiva participação dos familiares de presos, perseguidos e desaparecidos políticos. Fora do país, também são criados vários comitês, principalmente onde haviam exilados brasileiros. Os sindicatos também ingressam na luta pela Anistia em 1979, fortalecendo o movimento.

Pressionado, o regime militar envia um Projeto de Lei da Anistia ao Congresso Nacional, que não atende às expectativas e objetivos da campanha. Os presos políticos iniciam, em todos os presídios, greve de fome nacional que duraria um mês (22 de julho a 22 de agosto), coincidindo com a votação do Projeto no Congresso. No dia 28 de agosto de 1979, deputados e senadores votam e aprovam a proposta da ditadura militar.

Presos políticos são liberados e alguns exilados voltam para o Brasil. Embora, a sociedade tivesse muitos motivos para comemorar essa “vitória”, a Lei aprovada também anistiava mandantes e torturadores.

In: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=89

Saiba Mais



Figura 5: Manifestações a favor da anistia.

Saiba Mais

Pelo direito de enterrar meus entes queridos.

Após a redemocratização, parentes das vítimas e entidades de direitos humanos passaram a pressionar os sucessivos governos para obter informações sobre os desaparecidos e a localização de seus restos mortais. Em 1995, enviaram uma petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, solicitando intervenção junto ao governo brasileiro pelo direito à informação sobre os desaparecidos políticos.

Em 2011 foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia com o objetivo de “coordenar e executar, conforme padrões de metodologia científica adequada, as atividades necessárias para a localização, recolhimento, sistematização de todas as informações existentes e identificação dos corpos de pessoas mortas na Guerrilha do Araguaia”. E em 2012 foi instalada a Comissão Nacional da Verdade para investigar as violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 por agentes do Estado.

(UFJF)

Atividade

1



Disponível em:
http://www.rede democratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=4212:mulheres-na-luta-armada-contra-a-ditadura
Acesso em: 27, setembro, 2013.



Disponível em:
<http://feeds.feedburner.com/DitaduraMilitarImprensaELutaArmadaNoBrasil>
Acesso em: 27, setembro, 2013.

No Brasil, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), observamos um endurecimento do governo com a promulgação do AI-5, que deu ao presidente da República o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos, intervir nos estados e municípios e fechar o Congresso Nacional. Por sua vez, a oposição aos militares ganhou força com protestos de diferentes grupos contrários à ditadura.

Identifique dois tipos de movimentos contrários ao governo militar, diferenciando suas estratégias de atuação e reivindicações.

Anote suas respostas em seu caderno

Em 1984, o Congresso Nacional rejeitou a emenda que estabelecia a eleição direta para o cargo de presidente da República. Isso significou a continuidade da ditadura? Não! Já não era mais possível ignorar as demandas da população que exigia o restabelecimento do regime democrático e ansiava pelo direito de escolher seus governantes. Nesse contexto de desgaste e falta de apoio, o PSD, partido que apoiava os militares, lançou a candidatura de um civil – Paulo Maluf – e o PMDB com apoio da oposição ao regime indicou Tancredo Neves (1910-1985). No Colégio Eleitoral que escolheria o novo presidente, Tancredo conseguiu a maioria dos votos necessários para assumir o governo do Brasil. Era o fim do governo militar, mas não o início do comando civil do país por Tancredo. O recém-eleito de forma indireta faleceu dias depois e a presidência foi assumida por seu vice – José Sarney, em 21 de abril de 1985. Tem início assim, uma nova e democrática fase de nosso país.

Sarney herdou os problemas econômicos do fim do "milagre econômico" do período militar. O Brasil sob sua presidência tinha uma taxa inflacionária na casa de 12,7%, o que consumia boa parte do salário dos trabalhadores e trabalhadoras. O que o seu governo procurou fazer para combater a inflação?

Para garantir o controle da alta dos preços, o governo Sarney lançou uma série de planos econômicos para diminuir a inflação. O primeiro deles foi o Plano Cruzado. Posto em prática, em 1986, essa medida congelava por um período de um ano os valores dos aluguéis, salários, tarifas públicas. A antiga moeda – o Cruzeiro – foi substituída pelo Cruzado. Criaram-se os "fiscais do Sarney", cidadãos comuns, que vigiavam se os donos dos estabelecimentos aumentavam os preços. Caso eles subissem os preços eram denunciados e muitas vezes recebiam voz de prisão.

Inicialmente, essas medidas detiveram o aumento da inflação e aumentaram a popularidade do presidente. Entretanto, o Plano Cruzado apresentava uma série de problemas e acabou gerando no país uma crise de abastecimento de diferentes produtos perecíveis e não-perecíveis. Em 1986, próximo às eleições estaduais, o governo manteve a política de congelamentos com receio de queda de popularidade.

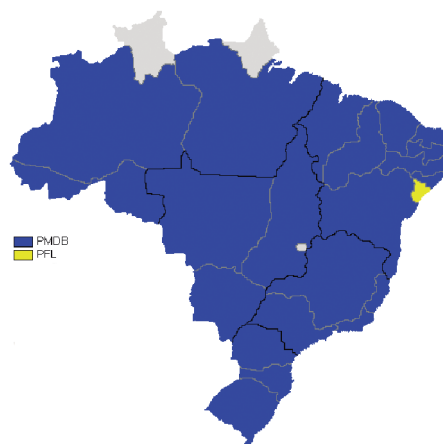


Figura 8: Mapa das eleições de 1986.

As eleições de 1986 foram centrais para a redemocratização do nosso país, por dois motivos:

- ela elegeu os deputados para o Congresso Nacional, que funcionaria como uma Assembleia Constituinte responsável por elaborar a nova Constituição;
- era mais um exercício de eleição dos governos estaduais, que nessa ocasião deu ampla vitória ao PMDB que elegeu basicamente os governadores dos estados brasileiros, com exceção do Piauí que escolheu um político do PFL.

Passadas as eleições e com o esgotamento do Plano Cruzado, o presidente Sarney resolveu abolir o primeiro plano econômico e criar um novo: o chamado Plano Cruzado II. Por esse pacote econômico os preços dos produtos como dos serviços foi reajustado, assim como, os salários. O congelamento dos preços não foi mantido e o presidente assistia sua popularidade despencar entre a parcela mais pobre da sociedade. O Plano Cruzado II também não obteve muito sucesso, pois trazia de volta a inflação. Era muito comum nos supermercados os preços dos produtos mudarem ao longo do dia, por exemplo, se 5 kg de arroz custassem pela manhã 2 cruzados, no final do dia, poderiam sofrer variações, indo para 3 cruzados. Essa variação era decorrente da inflação.

Novamente, numa tentativa de solucionar o problema o governo lançou em junho de 1987 o Plano Bresser. Por esse plano, houve o retorno do congelamento dos preços de forma flexível e uma desvalorização do Cruzado em relação ao dólar. Esse plano trouxe ao Brasil recordes de taxas inflacionárias. Para resolver o problema, Sarney lançou em 1989 o Plano Verão que mantinha o congelamento dos preços, serviços e salários e criava uma nova moeda: o Cruzado Novo. No fim, nenhum desses planos trouxe medidas positivas para a economia brasileira. Na área econômica seu governo terminou com uma inflação de 2.751%. Se na área econômica foi turbulento, no setor político e social não foi diferente.

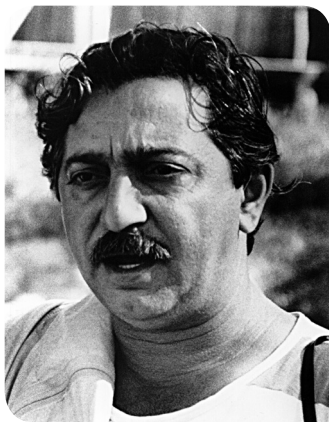


Figura 9: Chico Mendes.

Nas cidades, as mobilizações se intensificavam com as greves e no campo com as lutas entre os camponeses e latifundiários. Uma tragédia desses confrontos foi a morte do seringueiro Chico Mendes, em 1988, no Acre. Ele foi morto por ter lutado pela preservação da Amazônia e por defender a permanência dos seringueiros que eram expulsos de suas terras em favor dos interesses dos latifundiários e da agroindústria que desejavam explorar a fauna e flora da Amazônia.

Nesta democracia que não conseguiu solucionar os problemas relacionados à crise econômica e na qual ainda presenciávamos vários problemas sociais, chega ao fim o mandato de José Sarney, e em 1990 é eleito Fernando Collor de Mello.

Seção 2

Trabalho e cidadania no Brasil (1980-1990)

Para muitos economistas, a década de 1980 ficou conhecida como década perdida por ter sido esse um período de crise econômica. Com uma economia cada vez mais dependente, pautada no capital estrangeiro, na subordinação ao movimento internacional do capital, os problemas vivenciados por outros países rapidamente repercutiam no Brasil, tal como aconteceu com a crise internacional do petróleo. Apesar do Brasil ter um reconhecimento internacional, a economia do país se tornava cada vez mais dependente dos fatores externos e das decisões políticas cada vez mais influenciadas pelos interesses do capital internacional.

Essa situação vivida pelo Brasil, se deve em grande medida aos problemas econômicos decorrentes da crise internacional do petróleo, em 1973, que se traduziu em aumento da dívida externa e forte recessão que puseram fim ao "milagre econômico brasileiro". O crescimento econômico cada vez mais modesto somado à perda da capacidade de investimento no setor produtivo e a crescente dívida externa diminuíram a capacidade governamental de investimentos em setores ligados ao bem estar dos trabalhadores.

Ao tratarmos de política e economia na década de 80 do século passado não podemos deixar de lado a discussão sobre cidadania, já que a crise econômica do Estado pode afetar a garantia de direitos. A ampliação da competição internacional faz pressão sobre o custo da mão de obra e das políticas públicas, o que por sua vez afeta a questão do emprego e dos gastos do governo, elementos fundamentais para a garantia dos direitos sociais.

Analisando o caso inglês, Marshall distingue três dimensões básicas de cidadania, que por sua vez está plenamente vinculada à ideia de direitos. Em primeiro lugar temos os direitos civis, ou seja, aqueles direitos que asseguram a liberdade, a igualdade e a manifestação de pensamento dos membros de uma comunidade. Estes direitos, segundo o autor, são uma histórica reação ao absolutismo, com vistas a impor limites à ação do Estado. Em segundo lugar, temos os direitos políticos, isto é, aqueles que dizem respeito à participação dos indivíduos no governo de sua comunidade e através dos quais a maioria pode se resguardar da minoria. Em terceiro lugar temos os direitos sociais, cujo objetivo principal é garantir as condições de vida e de trabalho da população e os meios de viabilizar o bem-estar social. Nesse sentido, educação, saúde e trabalho constituem os elementos básicos dos direitos sociais, os quais atualmente implicam em expansão da ação do Estado visando à ampliação da proteção do cidadão e assegurando a participação, ainda que pequena, na riqueza coletiva.



Saiba Mais

No século passado tivemos importantes conquistas de direitos sociais em períodos de limitação dos direitos políticos e individuais. Isto pode ser observado durante a ditadura civil de Vargas, com as conquistas dos trabalhadores urbanos, e em relação aos trabalhadores rurais durante a ditadura militar. Atualmente, ao lado e de acordo com a Constituição, temos diversos ramos do direito que gradualmente têm contemplado e ampliado a cidadania de segmentos da sociedade antes preteridos, tais como crianças e adolescentes, idosos, consumidores, etc. Isto mostra que a cidadania deve ser encarada como um processo que inclui novas demandas e, portanto, implica na luta permanente por direitos.

O Estado "constitucional de direito" se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial e se aprofundou nos últimos 25 anos do século XX. Especificamente no Brasil, a constituição de 1988 não apenas impõe limites ao legislador e ao administrador, mas também determina deveres de atuação, devendo garantir direitos básicos aos cidadãos, tais como, saúde, segurança e educação. A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, garantiu os direitos já adquiridos e ampliou os direitos civis e políticos, todavia, olhando a nossa volta podemos observar que a resolução da questão social ainda representa um longo caminho a ser percorrido. Nesse sentido, devemos ter sempre um olhar crítico com o objetivo de questionarmos a (des)igualdade de acesso à justiça expressa na lei, tendo como base a realidade e a importância das relações de gênero, de "raça" e de diferenciação social no acesso aos diversos dispositivos que formam nosso sistema legislativo. Ou seja, apesar da existência da Lei que garante nossos direitos, devemos refletir sobre os mecanismos excludentes da atualidade e discutir práticas que permitam a efetiva universalização dos direitos e do acesso à justiça, bem como a neutralização de mecanismos discriminatórios.

Além dos fatores políticos e econômicos, a cidadania e o trabalho devem ser pensados dentro de uma temática que tem chamado atenção e levantado discussão de especialistas, mas que não se resume a eles, já que afeta a todos nós: a questão ambiental. Os estudos do clima, das calamidades decorrentes da intervenção humana na natureza, dos ciclos epidêmicos, das condições ambientais originais e das modificações introduzidas pelo ser humano estão intimamente relacionados aos direitos e deveres próprios de todo cidadão. Ser cidadão é, portanto, refletir sobre as potencialidades e limitações da ação humana na organização dos espaços, assim como sobre a influência da natureza nas sociedades estudadas, já que os recursos naturais não são apropriados de forma igualitária.

A história ambiental teve, durante muito tempo, pouca atenção dos historiadores que, sob o temor de cair num determinismo geográfico, deixaram de lado as interações entre história natural e história social. Atualmente os estudiosos acreditam que o diálogo entre os estudos históricos e os geoambientais nos permitem entender como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.

A partir deste modelo de estudo, podemos analisar a relação entre elementos naturais e socioeconômicos, como por exemplo, as questões relativas ao mercado consumidor, aos regimes de trabalho e custos de mão de obra de acordo com a atividade desenvolvida (na agricultura, no setor industrial ou no extrativismo mineral), de transporte dependendo da prioridade dada ao transporte terrestre ou aquático, as diferenças de desenvolvimento e aproveitamento da matéria-prima no seu habitat natural e nas regiões de plantação, os tipos de sociedades formadas em torno de diferentes recursos naturais, etc. Ou seja, podemos melhor compreender a relação entre as culturas materiais humanas e a natureza, na medida em que cultura e natureza não estão dissociadas.



Saiba Mais

Cada sociedade elabora suas regras normatizadoras da relação entre o ser humano e a natureza e suas concepções de espaço natural a ser apropriado e espaço natural a ser preservado. Nesse sentido, o capital natural a ser preservado está ligado às questões sociais, culturais e econômicas da sociedade detentora de tal recurso. Tempos atrás, alguns cientistas acreditavam que os limites naturais para o desenvolvimento econômico e a persistência da pobreza estariam diretamente relacionados à falta de recursos naturais gerada pela superpopulação. Todavia, hoje sabemos que a pobreza é socialmente produzida e a limitação dos recursos está atrelada a interesses político-econômicos.

Ou seja, a pobreza não está necessariamente ligada à escassez de recursos naturais e sim a ações políticas e econômicas que permitem ou restringem o acesso a esses recursos. Se apenas a riqueza natural determinasse a riqueza do país, não haveria pobreza no Brasil, afinal somos caracterizados pela riqueza e diversidade de recursos naturais, não é mesmo?

O que gera a pobreza são as formas de dominação e apropriação dos recursos desigualmente distribuídos e disputados por interesses muitas vezes divergentes. Esses interesses e apropriações podem gerar conflitos políticos e lutas territoriais, bem como a manutenção de privilégios e da desigual divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, devemos observar o caso do nordeste brasileiro: durante muito tempo se atribuiu os problemas econômicos a escassez de água na região. Todavia, temos importantes áreas produtoras de gêneros agrícolas em terras irrigadas. Pare e pense: porque a água chega em algumas propriedades e em outras não? Será que esse monopólio de um recurso natural tão importante na garantia de direitos como saúde e trabalho afeta o exercício da cidadania da população nordestina? De que maneira?

E na região sudeste, no Rio de Janeiro, também temos problemas de acesso a direitos relacionados ao uso dos recursos naturais? Certamente os problemas ambientais e os de saúde deles decorrentes a partir de relações centro-periferia estão presentes no nosso dia a dia. Esta divisão centro-periferia que produz problemas socio-ambientais deve ser vista sobre o duplo pilar da cidadania: a garantia de usufruir de direitos e o cumprimento de nossos deveres. E por falar em deveres, não podemos esquecer que os problemas sociais decorrentes das questões ambientais também são fundados num sistemático desrespeito à natureza e para minimizar tal problema é preciso que cada cidadão faça a sua parte. Devemos, também, lutar pela justiça ambiental que foca sua ação na preocupação com os aspectos político-econômicos e socioculturais. O impacto das catástrofes naturais não seria tão devastador se não fosse a influência da ação humana que ocorre por meio da progressiva invasão em áreas de riscos ambientais. Por outro lado, os problemas ambientais não seriam tão graves se o Estado cumprisse com seu papel de garantidor de direitos sociais, que por sua vez requerem intervenções, tais como saneamento básico e política habitacional. Na medida em que se trata de "bem de uso comum do povo", o direito ao desenvolvimento sustentável e o dever de promovê-lo deve passar pela formação de comportamentos sociais saudáveis, pela garantia de um ambiente sadio e pela implementação de políticas públicas que preservem os recursos, possibilitem o desenvolvimento econômico e a diminuição dos problemas sociais.

O crescimento e o consumismo exagerado da sociedade atual colocaram uma grande questão para todos nós pensarmos. De que adianta crescer de forma desordenada e exagerada e destruir os recursos naturais que são necessários para a sobrevivência humana? Por isso, um conceito em alta no mundo atual é o de desenvolvimento sustentável. Você sabe o que isso significa? Para melhor compreender é preciso diferenciar crescimento de desenvolvimento. O primeiro leva em consideração apenas o acúmulo de riqueza e o aumento da produção, sem se preocupar com a promoção da igualdade social. Já o desenvolvimento sustentável se preocupa com a preservação do meio ambiente e busca não apenas gerar riqueza, mas também redistribuí-la de modo a melhorar a qualidade de vida de toda população.

Assim, o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável, que pressupõe um processo de inclusão social, criando oportunidades e opções para que todo brasileiro tenha acesso a uma vida longa e saudável, a rendas mais elevadas e a conhecimentos técnicos e culturais.

O desenvolvimento sustentável se preocupa com:

Na esfera econômica: aumento efetivo da renda das pessoas; aumento da capacidade produtiva da região; integração das cadeias produtivas locais à cadeia produtiva que a empresa está inserida; informação e crescimento como fatores econômicos contemporâneos;

Na esfera social: acesso à educação; atenção à terceira idade; redução da exclusão;

Na esfera ambiental: respeito às leis ambientais; preservação do espaço urbano/rural; valorização de ecossistemas;

Na esfera cultural: Preservação do patrimônio cultural; valorização das manifestações culturais; incentivo à produção cultural; valorização das identidades locais.

Informações retiradas de: Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias. Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Saiba Mais

Veja as imagens, leia os trechos a seguir e elabore um pequeno texto relacionando direitos sociais, deveres do Estado e problemas socioambientais.



São Gonçalo (RJ) em 2010.

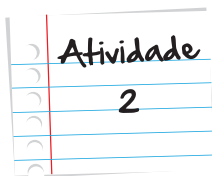


Itaipava (RJ) em 2011.

1. "Um dos locais mais gravemente afetados por deslizamentos foi o morro do Bumba, em Niterói. O morro é de fato um lixão, desativado desde 1981. Num filme de 1980, de autoria de Ronaldo German, são mostrados os caminhões constantemente trazendo lixo sem nenhum tratamento, o que ocorreu por aproximadamente 15 anos".
2. "(...) Desde o início dos anos 2000, já vinham sendo registrados deslizamentos de terras e desabamentos de casas nessa área instável e contaminada. Todavia, a expansão do assentamento foi tolerada e mesmo estimulada pelo Poder Público municipal, que, em 1996, realizou obras de urbanização sobre terrenos onde nada deveria ser construído. Os riscos para a população eram conhecidos. Além da instabilidade do terreno, a decomposição do lixo resulta na produção de metano (com risco de explosões) e de chorume - o percolato tóxico. No morro do Bumba, casas, reservatórios de água e lixo compartilham o mesmo espaço (...)"

Atividade

2



"Segundo o coordenador do grupo de análise de risco tecnológico e ambiental da Coppe/UFRJ, engenheiro Moacyr Duarte, o solo do Morro do Bumba estava saturado e nada seria capaz de evitar o desmoronamento. O especialista recomenda a implementação de medidas preventivas, pelo Poder Público - remoção de famílias em áreas de risco, impedimento da ocupação de encostas e recomposição da cobertura vegetal. 'Existem outros terrenos, que não são lixões, e que também estão em risco. É um processo cumulativo. Não é por falta de conhecimento técnico que aconteceu esta tragédia', conclui."

Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Desastres_naturais_no_Rio_de_Janeiro_em_abril_de_2010

"O ano de 2011 mal começou e uma nova tragédia atingiu o Rio de Janeiro no dia 11 de Janeiro. Uma forte chuva caiu sobre a Região Serrana causando grandes estragos para as cidades da região. As cidades de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis foram as mais atingidas, foram quase 800 mortos, em uma semana, mais de 21 mil desabrigados e muitos desaparecidos, ainda procurados pelas equipes de resgates. A chuva não deu trégua e continua a atingir a região e a previsão é de mais chuvas.

(...)

Uma das tragédias mais impressionantes em 2010 no Brasil atingiu os estados de Alagoas e Pernambuco, mais de 100 mil pessoas deixaram suas casas e mais de 40 pessoas morreram. Cidades ficaram destruídas. O Rio Mundaú e o Rio Paraíba transbordaram e como a região é desmatada, a água ganhou velocidade em direção ao leito dos rios, as enxurradas arrasaram cidades inteiras da zona da mata".

Texto disponível em <http://webeduc.mec.gov.br/enchentes/index.php>

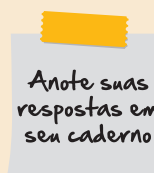




Figura 12: Não ser mais escravo significava ser livre?

Podemos falar em democracia e cidadania nas áreas em que as pessoas não têm assegurados seus direitos sociais, como, por exemplo, em regiões onde o trabalho escravo ainda existe? A escravidão foi abolida definitivamente através da Lei Áurea, promulgada em 1888. Mas isso significou o fim do trabalho escravo no Brasil? Não, a escravidão ainda persiste. É uma escravidão diferente daquela dos períodos colonial e imperial. Antes a escravização se dava por meio da captura do negro que era considerado uma mercadoria, uma propriedade de seu senhor. Hoje esse fenômeno se dá através de uma nova dinâmica, por meio da negação do direito de ir e vir dos trabalhadores, do não pagamento de salários, do endividamento desses trabalhadores e do trabalho sem garantias sociais e sem direitos trabalhistas.

Não há dúvidas de que a escravidão por dívida está ligada à pobreza e à falta de opção de trabalho para as populações rurais e para trabalhadores de outros países que vêm para o Brasil. De acordo com dados do governo, entre 2005 e 2008, mais de 20 mil pessoas foram libertadas de condições semelhantes à escravidão.

Algumas medidas estão sendo tomadas pelo poder público para tentar erradicá-lo, como por exemplo, o confisco das terras onde se constate trabalho escravo, a proibição do governo de fazer contrato com empresas que explorem este tipo de trabalho. Apesar disso, a existência do trabalho escravo no Brasil é uma realidade e a persistência da escravidão é um problema que ainda está longe de ser resolvido.

Seção 3

Transformações sociais e culturais (1980-1990)

Resistir é preciso...

Para o mundo, a década de 1980 foi um período muito tumultuado e de crises. Esse período foi chamado, por alguns, de "década perdida", como você já estudou anteriormente. Se foi uma "década perdida" economicamente, o mesmo terá se repetido social e culturalmente? Muito pelo contrário, com a redemocratização do nosso país os movimentos sociais e as manifestações culturais voltaram a experimentar as diferentes liberdades – individual, coletiva, imprensa, organização, artística – símbolos de um país democrático.



Figura 13: Os manifestantes do MST.

Você sabe o que essa bandeira representa? Ela é o símbolo do MST – **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Provavelmente, você já assistiu ou leu reportagens de que esse grupo ocupou latifúndios. Você sabe o que é latifúndio? Chamamos de latifúndio uma grande faixa de terra, que pertence a um único dono, família ou empresa. Ele pode ser produtivo – como as grandes fazendas de café, cana de açúcar, laranjais, etc, ou de criação de animais – ou improdutivo, uma terra sem ou com baixíssima produção agrícola ou pecuária.

Ao olharmos para a imagem dos manifestantes do MST, podemos perguntar: O que levou esses homens e mulheres para as ruas? Qual o objetivo deles? Pelo o que estão lutando? A faixa ao fundo traz a seguinte frase: "Acusamos os três poderes de impedir a Reforma Agrária". Desde o seu surgimento, no início da década de 1980, o MST tem como luta política e social a Reforma Agrária. Mas o que é isso? A Reforma Agrária consiste na divisão de propriedades rurais com objetivos sociais, ou seja, é permitir o acesso à terra ao agricultor que não tem condições materiais de adquiri-la para torná-la produtiva.

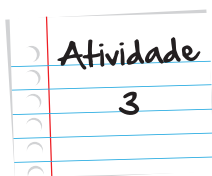
No Brasil, a partir da Constituição de 1988 (atual), o Estado tem a obrigação de adquirir os latifúndios improdutivos e promover a sua redistribuição para as famílias camponesas sem terra. Assim, o que faz homens e mulheres do MST até hoje se reunirem é a busca de uma efetiva política de Reforma Agrária aliada à reivindicação de melhores condições de: educação no campo, saúde, linhas de crédito e financiamento para a produção agrícola das famílias assentadas.

Nas telas no país...

				
Figura 14 : Rede Globo	Figura 15 : Rede Manchete	Figura 16: Rede Bandeirantes	Figura 17: Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)	Figura 18: Rede Record

Na década de 1980, o mundo do entretenimento ou cultural passou por transformações. Da censura da ditadura militar a uma ampliação dos meios de comunicação e suas programações jornalísticas, dramatúrgicas, esportivas e humorísticas. Você conhece todas as logomarcas do quadro? Já assistiu a todos esses canais? Será que seus designs permanecem os mesmos? A Rede Globo, a Rede Manchete, a Rede Bandeirantes, o SBT e a Rede Record eram muitas das concessões televisivas de nosso país.

Vimos que José Sarney, eleito como vice de Tancredo Neves, tomou posse em 1985 com um mandato regido pela Constituição do período militar que fixava um período de 6 anos no poder. Tancredo, por sua vez, desejava a redução para 4 anos e Sarney junto aos constituintes conseguiu que o mandato durasse 5 anos. Alguns historiadores, sociólogos e cientistas políticos observaram que ele pressionou deputados ou fez a concessão de vias de rádios e canais de televisão como uma forma de agrado. E podemos observar que de fato, o número de canais de comunicação durante o seu mandato cresceu. Segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas, no governo José Sarney (1985-1990) havia 1.091 concessões entre rádio e televisões. E conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) existiam nos domicílios brasileiros 56,10% de aparelhos televisores entre os de aspecto TV preto e branco e TV a cores. Nessa época, qual o tipo de aparelho televisor existia na sua casa?



Leia os trechos de texto a seguir:

“Após o debate entre Collor e Lula, na eleição presidencial de 1989, as pesquisas de opinião apontavam vitória de Collor. Mas o Jornal Nacional exagerou na dose. Durante 3min34s, mostrou Collor enfático e seguro. Lula mereceu 2min22s e trechos em que aparecia trocando a palavra "seca" por "cerca". Dois dias depois, Collor, que começara a semana com 1% de intenção de votos acima de Lula, ganhou a eleição com vantagem de 6%.

(...)

A primeira vez que a Globo lançou moda foi na novela *Dancin' Days*, em 1978, que difundiu discotecas e popularizou as meias "lurex". "Tomamos um susto com o poder das novelas", diz Marília Carneiro, figurinista da emissora. Outros sucessos: mais de 200 mil dos anéis-pulseiras usados por Jade (Giovanna Antonelli) em *O Clone*, foram vendidos. E aumento de 85% na produção de perucas no Brasil por influência de Sinhozinho Malta (Lima Duarte), de *Roque Santeiro*."

Fonte: <http://super.abril.com.br/cultura/voz-brasil-445717.shtml>

Escreva um comentário sobre a importância da televisão na vida dos brasileiros e brasileiras. Procure levar para sala e discuta com seu professor e seus colegas de classe.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Assim, a televisão era um meio de comunicação que além de informar a população sobre os acontecimentos políticos de nosso país como a morte do presidente Tancredo Neves (1985), também funcionava como meio de entretenimento. Ao transmitir, por exemplo, a Copa do Mundo de 1986 (México), servia como fonte de diversão das classes populares, alcançando também, grandes índices de audiência com as novelas e programas clássicos como *"Quem quer bacalhau?"* do Abelardo Barbosa, conhecido por Chacrinha. Aos poucos, a TV foi ganhando os lares brasileiros, ao lado do rádio, como um importante mecanismo de informação, entretenimento e formação de opinião.

Resumo

- A partir da promulgação do AI-5, que aumenta a repressão e a violência contra os opositores do regime militar e, por outro lado, crescem os movimentos de dominação e resistência à ditadura civil-militar;
- As críticas ao governo militar estão associadas aos acontecimentos externos, tais como o discurso norte-americano em favor das liberdades política e individual e a crise internacional do petróleo que repercutiu no Brasil através de aumento da inflação, da dívida brasileira e dos preços e queda no valor dos salários;
- A abertura política foi lenta e gradual e o processo de redemocratização contou com a participação ativa de diversos setores da sociedade brasileira;
- Os primeiros presidentes civis, após o fim do regime militar, enfrentaram graves problemas econômicos e foram marcados pela tentativa de conter a inflação;
- O retorno da democracia exigiu uma mudança na legislação brasileira. Para tanto foi elaborada uma nova constituição, Constituição Cidadã de 1988, que ainda está em vigor e que dentre muitas características promovia a liberdade de escolha dos governantes do Brasil, evidenciava a função do Estado como promotor do bem-estar social e garantidor dos direitos e liberdades individuais;
- O crescimento do número e das reivindicações dos movimentos sociais como uma importante característica do processo democrático brasileiro atual;
- A influência dos meios de comunicação, principalmente a televisão, na atualidade.

Veja ainda...

Documentários:

- História do Brasil por Boris Fausto – Redemocratização. 30 minutos

O documentário com apresentação e discussão do cenário político, social e econômico do Brasil faz um balanço do período da redemocratização.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=2268

- Reflexões sobre o Golpe Militar. Duração: 3.03.

O documentário discute o golpe militar que depôs o presidente João Goulart do poder e instaurou uma ditadura no Brasil que perdurou por 20 anos.

Disponível em: http://www.sesctv.org.br/destaque.cfm?id=7798&destaque_id=4

Filme:

- Eles não Usam Black-tie (1981). Direção: Leon Hirszman.

O filme conta a história de um casal de namorados, Tião (Carlos Alberto Riccelli) e Maria (Bete Mendes), que ao saber que irão ter um filho, resolve se casar. Com muita esperança planejam uma nova vida para que possam dar de tudo à criança que vai nascer. No entanto, um movimento grevista estoura na fábrica onde eles trabalham em São Paulo e a felicidade dos dois começa a desmoronar. Esse movimento divide os operários da fábrica. Pensando no casamento e no bem-estar do casal, Tião decide furar a greve e continuar trabalhando, entrando em conflito com seu pai Otávio (Gianfrancesco Guarnieri), o líder do movimento, um sindicalista preso nos tempos do Regime Militar.

Bibliografia Consultada:

ALVES, José Eustáquio Dinis. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960-2000*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. "A cidadania após a redemocratização". In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura – regime militar movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VAINFAS, Ronaldo e et alli. *História: o mundo por um fio: do século XX ao XXI*. Volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

Imagens

Figura 1: <http://www12.senado.gov.br/noticias/imagens/2010/12/30/imagem298333>

Figura 2: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000003264/md.0000036461.jpeg>

Figura 3: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Not%C3%ADcia_Riocentro.jpg

Figura 4: <http://http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Riocentro-300x172.jpg>

Figura 5: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001330/md.0000015825>

Figura 6: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001330/md.0000015830.jpg>

Figura 7: <http://www.ufjf.br/antenado/files/2013/12/HistóriaDiscursivaGabaritoPism3.pdf>

Figura 8: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_votogovernadores1986.png

Figura 9: http://http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chico_Mendes_198.png?usel8ang=pt-br

Figura 10: http://commons.wikimedia.org/wiki/TempestadeFile:_Sao_Goncalo.jpg?uselang=pt-br

Figura 11: http://webeduc.mec.gov.br/enchentes/imgs/Itaipava_Petropolis_2011.jpg

Figura 12: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0b/Benkos_Bioho.jpg

Figura 13: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MST_06142007.jpg

Figura 14: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rede_Globo_logo_and_wordmark_1975.jpg?uselang=pt-br

Figura 15: <http://http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rede-manchete-logo.jpg>

Figura 16: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Primeiro_logo_Bandeirantes.gif?uselang=pt-br

Figura 17: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SBTlogotipo.jpg?uselang=pt-br>

Figura 18: http://http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Logos_da_Record.png

Atividade 1

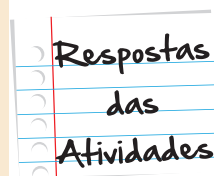
Você deverá ser capaz de diferenciar a luta contra a Ditadura Militar por meio da mobilização da sociedade civil em relação aos movimentos armados. Para tanto, por um lado, poderá ser analisada a atuação de intelectuais, estudantes, artistas, UNE, CNBB, OAB, ABL que denunciavam as arbitrariedades do governo militar, a falta de liberdade e as formas tradicionais de ensino através do fotojornalismo, de charges, músicas, literatura e passeatas; bem como os sindicatos que faziam greves contra o "arrocho" salarial. Por outro lado, deverão ser analisadas a guerrilha, a atuação do PC do B no Pará (Araguaia), ANL (Ação Nacional Libertadora) e Vanguarda Popular Revolucionária que usavam como estratégia a luta armada por acreditarem no fechamento das possibilidades democráticas de resolução através de diálogo. Também poderão ser indicados os assaltos a bancos e sequestros para financiar o conflito armado.

Atividade 2

Você deverá elaborar um texto enfatizando que os problemas ambientais estão associados à falta de alguns direitos sociais, tais como habitação e saneamento básico. Por outro lado, deverá destacar que o cidadão tem o dever de cuidar do meio ambiente descartando o lixo em local adequado, evitando ocupar regiões de risco socioambiental como margens de rios e encostas. Por sua vez, cabe ao Estado promover uma política de bem-estar social aliada ao respeito ao meio ambiente. Para tanto, é necessário fiscalizar e atuar na garantia de direitos sociais.

Atividade 3

Você deverá ser capaz de fazer um pequeno texto sobre a importância da televisão no acesso a informação e ao entretenimento.





O que perguntam por aí?

Questão 1 (Enem 2009)

Um aspecto importante derivado da natureza histórica da cidadania é que esta se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que se denomina Estado-nação. Nessa perspectiva, a construção da cidadania na modernidade tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a Nação.

CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. In: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2004 (adaptado).

Considerando-se a reflexão acima, um exemplo relacionado a essa perspectiva de construção da cidadania é encontrado:

- a. em D. Pedro I, que concedeu amplos direitos sociais aos trabalhadores, posteriormente ampliados por Getúlio Vargas com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- b. na Independência, que abriu caminho para a democracia e a liberdade, ampliando o direito político de votar aos cidadãos brasileiros, inclusive às mulheres.
- c. no fato de os direitos civis terem sido prejudicados pela Constituição de 1988, que desprezou os grandes avanços que, nessa área, havia estabelecido a Constituição anterior.
- d. no Código de Defesa do Consumidor, ao pretender reforçar uma tendência que se anunciava na área dos direitos civis desde a primeira constituição republicana.
- e. na Constituição de 1988, que, pela primeira vez na história do país, definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, alargando o alcance dos direitos civis.

Resposta: E

Questão 2 (Enem 2011)



GOMES, A. *et al.* **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

A análise da tabela permite identificar um intervalo de tempo no qual uma alteração na proporção de eleitores inscritos resultou de uma luta histórica de setores da sociedade brasileira. O intervalo de tempo e a conquista estão associados, respectivamente, em

- a. 1940-1950 – direito de voto para os ex-escravos.
- b. 1950-1960 – fim do voto secreto.
- c. 1960-1970 – direito de voto para as mulheres.
- d. 1970-1980 – fim do voto obrigatório.
- e. 1980-1996- direito de voto para os analfabetos.

Resposta: E



Para entender o mundo em que vivemos

Fascículo 8
Unidade 16

Para entender o mundo em que vivemos

Para início de conversa...

O convite é muito simples: vamos entrar numa das várias manifestações que aconteceram no Brasil ao longo de 2013 e observar um pouco? Em um bloco de papel vamos anotar as frases e slogans estampados nos cartazes? Não esqueça também de reparar as pessoas: idade, maneiras de se portar e vestir, preocupações aparentes.

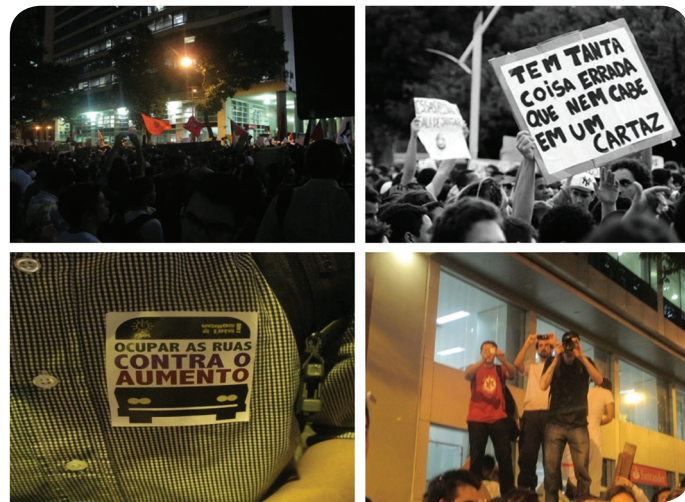


Figura 1 - Manifestantes nos protestos de 2013 – Rio de Janeiro.

Pois bem. Havia tanta gente nas manifestações que provavelmente nenhum de nós conseguiu observar todos os detalhes sozinho. Alguns, entretanto, saltam aos olhos. Havia gente de todas as idades, mas o predomínio era de jovens, concorda? Muito diferentes entre si, denunciando variados problemas e sustentando cartazes com as mais diversas propostas, tinham nas mãos muitas câmeras para postar nas redes sociais? O desejo de “registrar a cena” e “registrar-se na cena” sugere algo

mais. Por quê? Uma explicação plausível é de que, por razões complexas, aquelas pessoas desejam guardar o momento na memória, talvez condição de notabilizá-lo e torná-lo histórico. Sim, é possível que se sentissem “fazendo História”.

O estopim inicial das manifestações estava no adesivo “ocupar as ruas contra o aumento”. É que o aumento das passagens de ônibus acabou gerando uma hipótese inicial de que o problema eram os 20 centavos de acréscimo nos bilhetes.

Muita gente se surpreendeu ao perceber que o fenômeno não era tão simples assim. Em crescentes passeatas, pessoas em todas as partes do país puseram-se a gritar contra a corrupção, os desvios de dinheiro público, a destruição da natureza, a perda de representatividade dos partidos políticos, os desmandos dos governantes... Gritava-se também a favor: da escola pública de qualidade, da saúde pública para todos, do direito dos homossexuais, da igualdade...

Observe os cartazes abaixo:

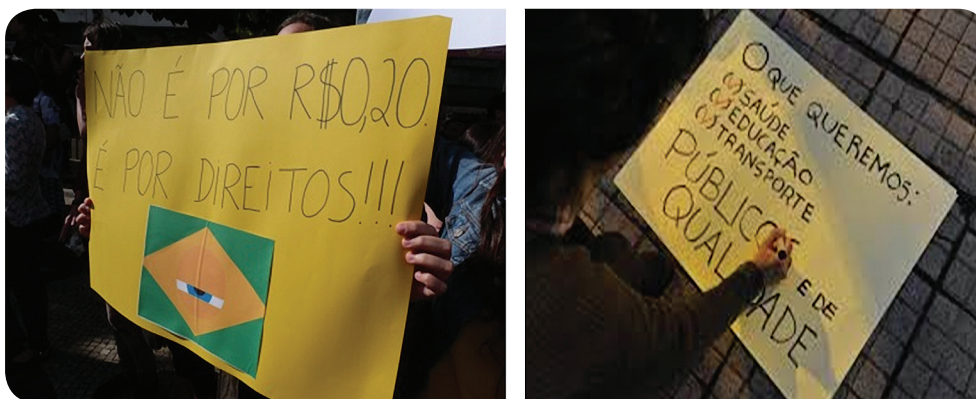


Figura 2 - Manifestantes nos protestos de 2013 – Rio de Janeiro.

Num contexto de grandes investimentos na preparação de megaeventos como a Copa das Confederações de Futebol (2013), a Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016), os brasileiros reivindicaram qualidade nos serviços públicos.

O processo amplo que nos permite compreender as manifestações, o elenco das preocupações por elas expressas e a nova configuração tanto dos movimentos sociais quanto das individualidades exige de nós um recuo histórico. É que parte dos temas e problemas colocados remetem às expectativas de direitos públicos universais constituídos pelo Estado de Bem-estar Social, na Europa, entre as décadas de 1940 e 1970, posteriormente “reformados” pela emergência do Estado Neoliberal, entre 1980 e 2010.

Outra questão importante: as mudanças indicadas acima se relacionam intimamente com mudanças na forma de trabalhar, no acesso ao trabalho e nas relações que o trabalho teve/tem com os direitos públicos dos cidadãos. Ao longo deste capítulo precisamos perceber a transição do acesso à cidadania pelo trabalho para a crescente articulação entre cidadania e consumo. Em outras palavras, vamos acompanhar o binômio emprego/desemprego como uma das chaves de leitura da luta pela cidadania.

A compreensão dos fenômenos históricos globais nos convida a entrar e observar outras tantas manifestações... Vamos lá?

Objetivos da aprendizagem

- Caracterizar o Estado de Bem-estar Social e sua base estrutural;
- Relacionar a Crise do petróleo com os efeitos sociais decorrentes disso;
- Identificar como a crise do petróleo afetou o Brasil;
- Identificar neoliberalismo, seu alcance de atuação e sua crise;
- Relacionar argumentos que apontem as contradições da globalização, utilizando exemplos de lutas antiglobalização;
- Avaliar o contexto político da Era Lula-Dilma e suas consequências.

Seção 1

Do Estado de Bem-estar Social ao Neoliberalismo: vale a pena entender melhor...

Conforme estudamos em unidades anteriores, após o término da 2ª Guerra Mundial (1945), os governos europeus decidiram ampliar os direitos públicos universais considerados essenciais à vida em sociedade. Desta forma, educação, emprego, saúde, previdência e assistência passaram a ser priorizados nos projetos de desenvolvimento. Era o chamado “Estado de Bem-estar Social” (Welfare States). Mas será que isto deu certo? Será que desenvolvimento econômico rima com melhorias sociais para a população?

Para os Estados Unidos (EUA) e a Europa, este período ficou conhecido como a *Era de Ouro* do capitalismo, pois, em grande parte, durante uma geração, a pobreza, o desemprego em massa, a miséria e a instabilidade econômica foram coisas do passado. Era o momento da Guerra Fria, em que *o fantasma do comunismo rondava todo o planeta*. Afinal, quase metade da população do mundo já vivia sob esse regime. Não podemos esquecer que a Rússia (1917), China (1949), Cuba (1959), dentre outros, haviam realizado revoluções socialistas. Portanto, era preciso garantir melhorias nas condições de vida e de trabalho do povo sem colocar o modelo capitalista em xeque.

Como nem tudo são flores, ao mesmo tempo em que melhorava a vida da população, estes governos, ao financiar pesquisas tecnológicas de ponta, desenvolveu um campo de risco para a paz mundial e o meio ambiente. Pois havia um forte interesse destas empresas privadas no setor bélico (militar), da mesma forma, com a possibilidade do aumento do consumo em massa, elas precisariam de mais recursos naturais e matérias-primas. Como você já viu, estas nações tornaram-se grandes consumidoras de petróleo e os seus maiores fornecedores eram os países do Oriente Médio.

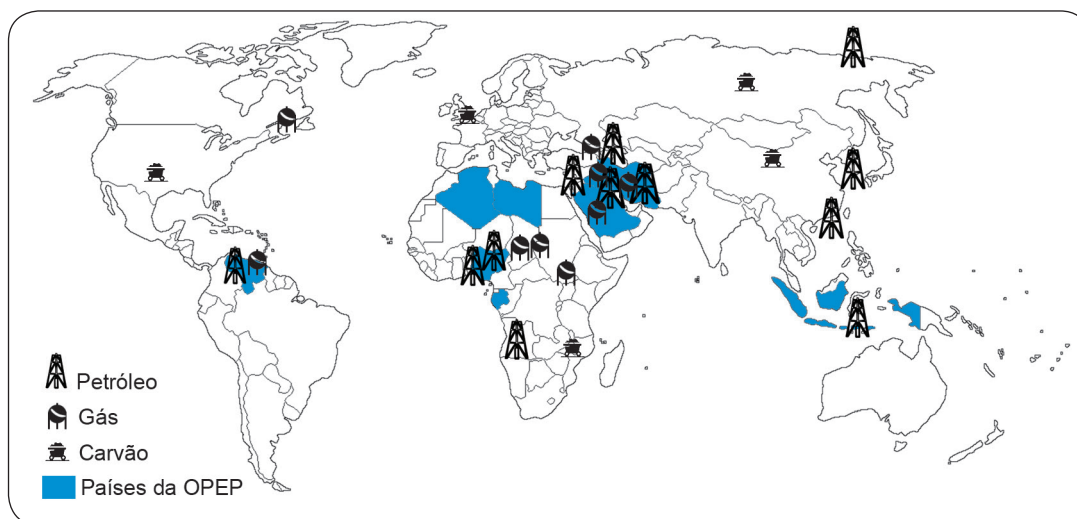


Figura 3 - Produção de petróleo.

Dessa forma, nos anos de 1970, o mundo árabe percebeu que tinha um importante trunfo em suas mãos, o chamado “o uro negro”.



Figura 4 – Petróleo: o “ouro negro”.

A Crise do petróleo

Isto mesmo: o petróleo! Assim, o preço do barril, e consequentemente do dólar, disparou. Várias fábricas europeias e norte-americanas faliram, milhares de trabalhadores perderam seus empregos e a bolsa de valores de Nova Iorque foi atingida. Era a crise do petróleo.

Falências, desemprego, crise econômica, problemas na bolsa de Valores de Nova Iorque. Muita gente acreditou estar vivendo uma nova Crise de 1929. Mas, esta nova crise era diferente e os efeitos negativos foram enfrentados de maneira distinta: os sistemas de proteção social e regulação – típicos do Estado de Bem-estar Social – ao manter as compras públicas e pagar seguros desemprego salvaram as empresas do acúmulo de estoques e mantiveram o poder de compra dos cidadãos. Apesar disso, a crise se fez presente e com ela a insatisfação.

O desemprego de jovens, mulheres e operários da indústria tradicional, apesar de acionados os mecanismos de proteção social, acabou por reinstituir a carência, a pobreza e a corroer as bases da integração social propostas pelo Estado de Bem-estar. É neste contexto, no qual o imigrante é visto como um concorrente na fila de emprego e nos programas de benefícios sociais, que a xenofobia – ódio ao estrangeiro - e o racismo no continente europeu cresceram.

Observe a tabela sobre aumento do desemprego na Europa Ocidental.

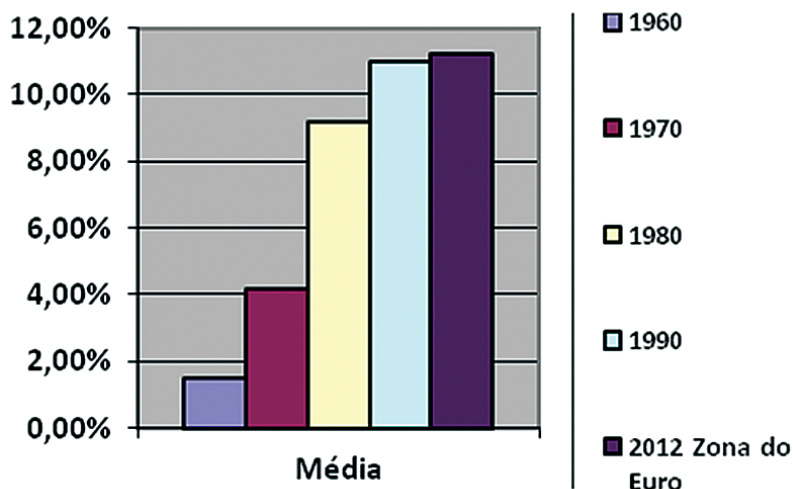


Figura 5 - Variação no índice de desemprego da década de 1960 até o ano de 2012.

O desemprego tinha raízes mais profundas. Não era apenas um desemprego temporário. Nessas décadas, novas máquinas e tecnologias substituíram de forma permanente o trabalho humano... A esse tipo de desemprego dá-se o nome de *estrutural*, ou seja, os empregos suprimidos no setor industrial, agrícola e de serviços não foram recuperados. Basta pensar que as tecnologias mudam e que empregos que eram comuns nos anos 70 e 80, como o de datilógrafa, não existem mais.

Contudo, a capacidade de produzir não foi limitada ou diminuiu. O uso do modelo de produção flexível que adapta a produção à demanda do mercado consumidor (ou *toyotismo*) manterá e ampliará a produção, acrescentando possibilidades novas como a dispersão das fábricas pelo mundo – agora menores e mais compactas. O controle dos estoques e a divisão do processo de produção, que tem como resultado a escolha de lugares para as montadoras onde a relação custo/benefício seja mais vantajosa. Através desse modelo vemos Estados negociando com fábricas internacionais isenções fiscais para que levassem suas montadoras para região – esperando assim, gerar mais emprego e renda.

A reestruturação produtiva levou também ao aumento do abismo entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos, já que o domínio das novas tecnologias consistirá numa das formas de reafirmação do poder econômico, político e cultural dos países centrais. Os países da América Latina, África e Ásia, que tradicionalmente foram consumidores de produtos industrializados e recebiam financiamentos vindos da Europa e dos Estados Unidos, verão sua dependência ampliada. Pense, por exemplo, nos telefones celulares mais modernos, os smartphones. A maioria é de tecnologia estrangeira. A globalização é, certamente, parte e produto deste processo.

A globalização é o processo que estabelece uma integração entre países e pessoas de todo o mundo, ou seja, uma mundialização que envolve transações comerciais, financeiras e culturais. Esse processo foi impulsionado nas últimas décadas do século XX pelo desenvolvimento de novas tecnologias, pela dinamização dos transportes e pelo desenvolvimento das telecomunicações. Com isso, a sensação é a de que o mundo se tornou menor e as distâncias mais curtas.

Algumas características do processo de globalização são:

- A ampliação da competição comercial entre países e regiões;
- Pressão pela liberalização do comércio;
- Formação de blocos econômicos como o MERCOSUL e a União Europeia;
- Subordinação dos interesses nacionais aos interesses das empresas transnacionais.




Saiba Mais

“O que tornava os problemas econômicos das Décadas de Crise extraordinariamente perturbadores, e socialmente subversivos, era que as flutuações conjeturais coincidiam com convulsões estruturais. A economia mundial que enfrentava os problemas das décadas de 1970 e 1980 não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, como vimos, o produto previsível daquela era. Seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou “transnacionalizado” em uma extensão extraordinária e com consequência impressionantes. Além disso, na década de 1970 tornou-se impossível ignorar as revolucionárias consequências sociais e culturais da Era do Ouro (...), assim como suas consequências ecológicas potenciais.” (HOBSEBAWN;1995.)

Pensando sobre o texto, responda:

- Explique a frase sublinhada.
- Cite duas consequências ecológicas potenciais da Era de Ouro do capitalismo.



Anote suas respostas em seu caderno



Atividade

1

Nos anos 1990, com o fim da URSS, a crise atingiu o socialismo ocidental na Rússia, Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária. Apenas a China e o sudeste da Ásia saíram da crise com a economia dinâmica. Na África e América Latina, a depressão se prolongou nos anos 1980. Essa crise persistiu e se aprofundou durante a Revolução Islâmica (1979), que levou o Aiatolá Khomeini ao poder no Irã, depondo o aliado do governo norte americano, o Xá Reza Pahlevi. Mais uma vez, os preços do petróleo dispararam. Com o objetivo de aumentar os recursos frente ao novo choque do petróleo, o governo americano elevou a taxa de juros dos títulos da dívida pública dos EUA e impactou o mundo todo, especialmente a América Latina e o Brasil, pois os países latino-americanos possuíam, nas décadas de 1970 e 1980, as maiores dívidas externas do mundo e os EUA eram os principais credores desta dívida. Assim, quando os EUA decidiram pela ampliação dos juros por lá, nossa dívida externa cresceu junto.

No conjunto, a crise dos anos 1970 mudou as perspectivas do mundo ocidental capitalista. E nos EUA a resposta veio com a eleição do republicano Ronald Reagan, no mesmo ano. As propostas de governo de Reagan iam na contramão do Estado de Bem-estar Social, já que uma de suas resoluções era justamente diminuir o papel do Estado na economia. Assim, Reagan substituiu a assistência estatal pela competição, valorizando o individualismo. Sua política ia ao encontro da postura da primeira-ministra inglesa, Margareth Thatcher, na implantação do neoliberalismo. Para recuperar o prestígio externo dos EUA e ampliar seu poder nas regiões produtoras de petróleo, Reagan apoiou o Iraque de Saddam Hussein contra o Irã, na guerra que se estenderia por toda a década de 80.

E como estava o Brasil em meio a estas transformações?

No caso brasileiro, nunca houve um Estado de Bem-estar Social. No período analisado acima, o Milagre Econômico (1968-1973) tinha sido realizado a partir do modelo energético do petróleo e da captação de financiamentos externos. A substituição progressiva do transporte ferroviário pelo automobilístico era apenas uma evidência disto. Como dependíamos da importação de petróleo para suprir as necessidades do mercado interno, podemos entender o impacto do 1º Choque do Petróleo (1973) em nossas contas externas. As flutuações de preço do barril, provocadas pelos conflitos internacionais, resultavam em dificuldades para a manutenção do ritmo de crescimento da economia brasileira. Era a crise do Milagre Brasileiro.

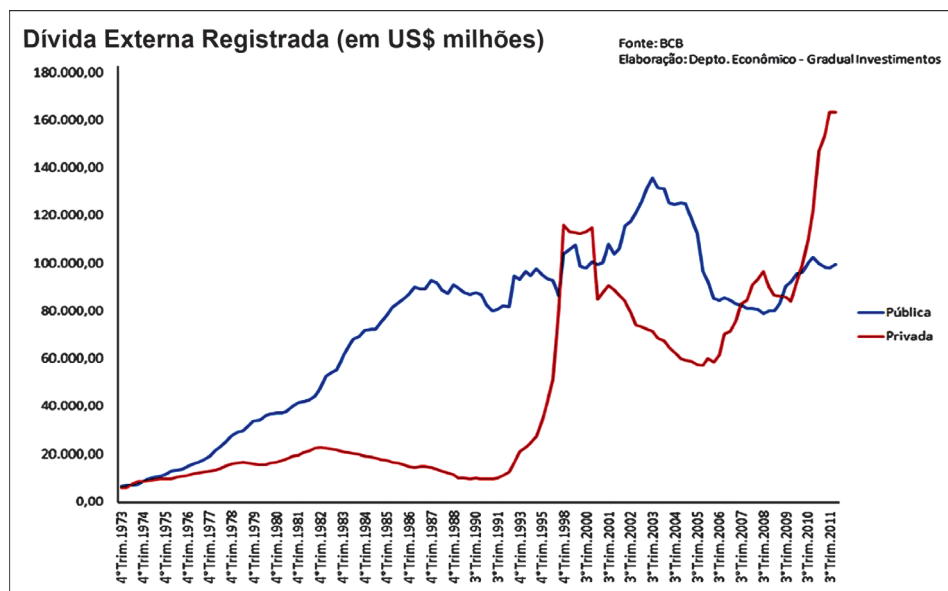


Figura 6 - Dívida externa.

Além disto, devemos considerar o peso do endividamento externo do país nos anos 1970. As grandes obras realizadas pelo governo ditatorial brasileiro (1964-1984) custavam caro. Como o crescimento acelerado demandava investimentos em infraestrutura (estradas, energia, entre outros), o ritmo da tomada de empréstimos se intensificava. Já imaginou o custo para construir uma das maiores hidrelétricas do mundo, como Itaipu? Ou uma das maiores pontes do mundo, como a Rio-Niterói? Ou, ainda, para construir as Usinas nucleares de Angra? De tão grande, nossa dívida externa, parecia mesmo eterna!



Hidroelétrica de Itaipu



Ponte Rio-Niterói



Usina Nuclear de Angra dos Reis

Figura 7 – Obras grandiosas que contribuíram para o aumento da dívida externa brasileira.

E para piorar, investidores estrangeiros preferiram comprar papéis da dívida externa americana, considerados mais seguros do que os investimentos no Brasil, ou em outros países da América Latina. Desta forma, houve fuga dos capitais necessários ao financiamento de nossa economia. O resultado disto é que na década de 1980 o Brasil cresceu a níveis muito baixos. Neste período, um dos objetivos básicos do governo brasileiro era a renegociação da dívida externa, finalmente alcançada em 1992. Não conclua, entretanto, que esta renegociação nos tenha sido muito favorável. É que a renegociação das dívidas externas vinha agora com as imposições do *Consenso de Washington*: desregulamentação; privatização; abertura comercial, enfim, desmontagem do Estado desenvolvimentista.



Saiba Mais

Consenso de Washington foi uma expressão cunhada por John Williamson, do International Institute for Economy, que promoveu, em 1989, uma reunião para discutir as reformas necessárias para que a América Latina saísse da década que alguns chamavam de “perdida” – em função da estagnação, inflação, recessão e dívida externa – e retomasse o caminho do crescimento.

Foram conteúdos do consenso:

- A política macroeconômica: esforço de equilíbrio fiscal; reforma administrativa e previdenciária; corte dos gastos públicos;
- Estabilização monetária e reformas;
- Desoneração fiscal do capital para ampliar a competitividade;
- Desregulamentação dos mercados financeiros e do trabalho.

As lutas pela redemocratização do país, desde os anos 1970, deram aos anos 1980 uma dinâmica contraditória. Se por um lado, a crise do modelo econômico se evidenciava e a inflação corroía os salários, por outro, a ampliação da mobilização e participação política – as greves operárias, a fundação e refundação de sindicatos e partidos, a retomada do movimento dos trabalhadores rurais (agora em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a criação de associações de moradores, a retomada do movimento estudantil, entre tantos outros – fizeram dos anos de 1980 memoráveis tempos de ação cidadã em defesa dos direitos públicos sintetizados no Movimento das Diretas Já! (1984), na Constituição Cidadã (1988) e na primeira eleição direta para presidente da República pós-ditadura, em 1989.

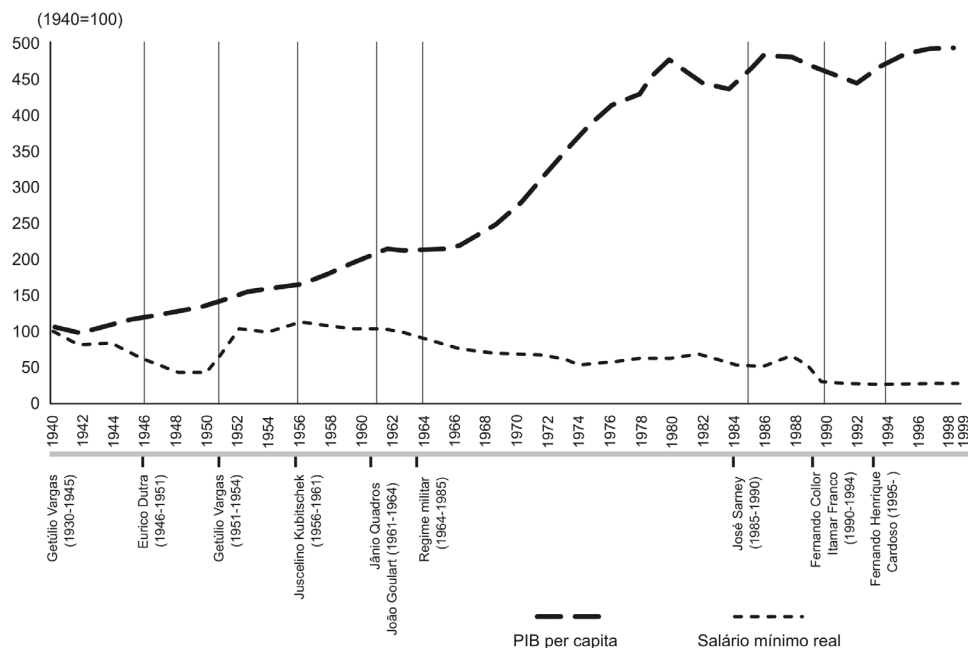
Desta forma, embora avançassem na Europa e nos Estados Unidos, as propostas neoliberais não puderam se estabelecer, aqui no Brasil, naqueles anos.

Analise o gráfico abaixo e reflita sobre o que se pede.

Atividade

2

PIB per capita e salário mínimo: 1940-1999



Observe o afastamento entre a linha que representa o aumento do PIB *per capita* e aquela que representa o salário mínimo real.

- O que este afastamento significa?
- Que período histórico é particularmente representativo deste afastamento?

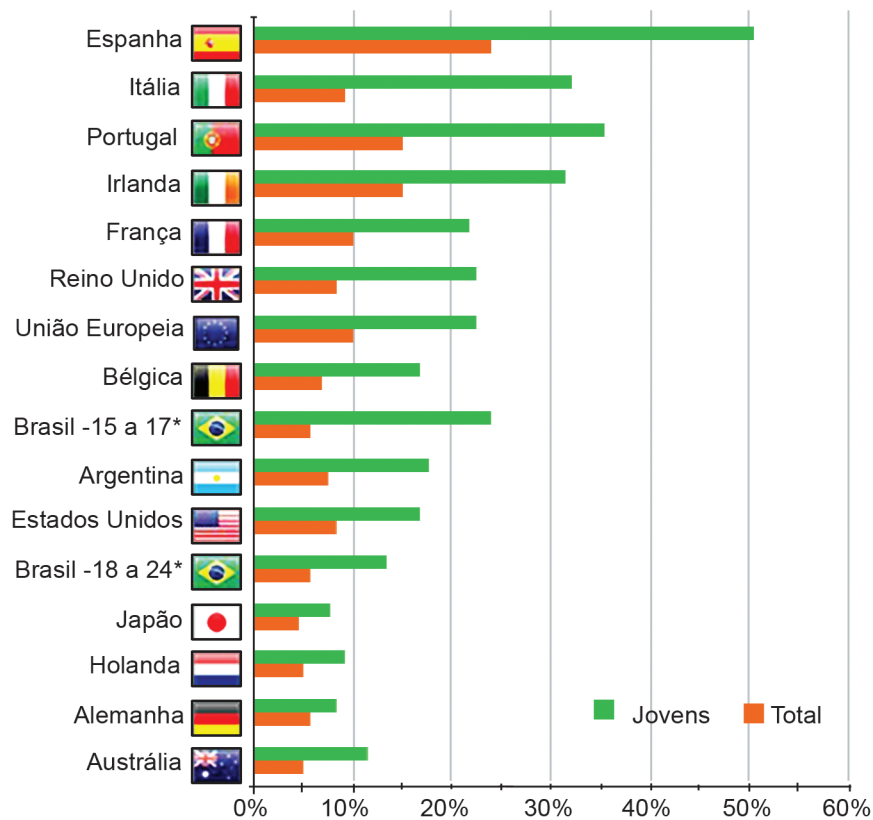
Anote suas respostas em seu caderno

A emergência do neoliberalismo

Com todo esse cenário que se desenhou até agora, temos condição de entender o contexto histórico da chamada “virada conservadora” (1979/82), ou seja, o momento em que as teses neoliberais foram implementadas por vários governantes e se tornaram dominantes. Do 1º Choque do Petróleo (1973), passando pelo 2º Choque do Petróleo (1979) e chegando à crise das dívidas externas, o que se operava era uma profunda mudança, em um período de recessão prolongada. Recessão esta marcada pela desaceleração do crescimento, aumento da inflação, aumento do desemprego, aumento dos gastos públicos de natureza social e falência das políticas de estabilização. O Estado de Bem-estar Social, nos países centrais, e o Estado Nacional Desenvolvimentista, nos periféricos, pareciam impotentes frente a essas dificuldades. Além disso, alguns autores afirmam que a crise do socialismo na URSS e no leste europeu acabou por facilitar a expansão das ideias neoliberais, já que o contraponto socialista deixou de existir, o que parecia sublinhar a superioridade dos regimes capitalistas do ocidente.

E o Neoliberalismo resolveu a crise? O crescimento econômico seguiu sendo medíocre. A produtividade nunca mais cresceu como anteriormente. Os salários nunca mais recuperaram a participação que já obtiveram na riqueza nacional. A riqueza concentrou-se de uma forma nunca antes vista na história do capitalismo. Por outro lado, se os gastos sociais caíram, os gastos públicos mantiveram-se iguais na maioria dos países centrais, ou aumentaram. O que houve foi uma redefinição dos gastos. Isto é, aumentou a quantidade de recursos gastos com a dívida financeira e diminuiu a quantidade de gastos com saúde e educação, por exemplo.

Por fim, essa longa era neoliberal nos deixou um alto índice de desemprego e levou à precarização do emprego através dos contratos de trabalho flexíveis, aqueles em que o trabalhador tem seus direitos - como, por exemplo, carga horária, descanso e férias - apenas parcialmente respeitados.



*O IBGE divide o desemprego entre os jovens no Brasil nessas duas faixas etárias.

Figura 8 - Índice de desemprego dividido em duas faixas etárias.

Crítica e crise do modelo neoliberal

A imagem abaixo expressa os sentimentos e atitudes contraditórios que temos diante da Globalização. Por um lado, observamos uma visão positiva do processo de globalização, que tornou as distâncias entre as pessoas menores. Por outro, temos uma visão negativa. Será que em um mundo onde a cultura se torna global, as pessoas consomem os mesmos produtos, assistem os mesmos filmes e gostam das mesmas músicas, não estaríamos todos nos tornando iguais?



Figura 9 – Festa da globalização.

Todo processo, claro, tem seus aspectos positivos e negativos. E a globalização também! Por exemplo, o processo foi responsável pela disseminação de novas tecnologias que requerem mais conhecimento e aprendizado do que trabalho manual. A internet se torna mais inclusiva com mais pessoas ao redor do mundo acessando a rede. O mundo torna-se menor, tanto para a circulação de produtos e dinheiro, quanto de pessoas e informações. Além disso, as inovações tecnológicas reduziram o desperdício de energia humana em tarefas arriscadas e repetitivas.

Contudo, a globalização também possui seus pontos negativos. O conceito de desenvolvimento é preocupante – a globalização impõe uma ideia de desenvolvimento própria dos países ricos. Outro problema é que as economias dos Estados se tornam subordinadas a interesses de empresas e grupos transnacionais. Tudo isso gera uma concentração de capital nas mãos dos mais ricos e a mercantilização dos seres humanos e da natureza, pondo em risco a sobrevivência humana, entre outros problemas.

De qualquer forma, no período estudado, você percebeu que a afirmação do capitalismo globalizante e do neoliberalismo baseava-se na certeza de que o mercado como entidade livre e autônoma organizaria e regularia as relações de produção e consumo e ao mesmo tempo, estimularia a competição saudável e criativa entre os homens. Isso sustenta a reforma do Estado e a diminuição dos direitos públicos universais que tinham sido importantes para garantir seguridade frente à crise, nos países centrais.

Nos países da periferia – os da América Latina, África e Ásia – e do Leste Europeu, a crise nos anos 1980 não foi menos intensa e devastadora. A subordinação ao *Consenso de Washington* no momento da renegociação das dívidas externas fez com que o esforço de equilíbrio fiscal, a reforma administrativa e previdenciária sugeridos pelos bancos internacionais, levassem a cortes dos gastos públicos num nível, abrangência e violência que ampliaram a desproteção social. É assim que Argentina, Brasil e seus vizinhos adentram nos anos 1990: dívidas externas renegociadas, ata-

ques de especuladores que buscam as altas taxas de juros pagas por aqui, taxas de desemprego alarmantes e pouca ou nenhuma estratégia de proteção social. Com isso, aumentou o abismo que separava ricos e pobres, a desigualdade social tornou-se mais uma medalha em nossa História, já que o Brasil ocupará a nada honrosa 3ª posição no ranking dos países mais desiguais do planeta, segundo a ONU.

A Primeira Ministra Britânica, Margareth Thatcher (1979-1990) cunhou a expressão que resumiria a posição dos neoliberais naquele momento: *"There is not alternative"* (t-i-n-a), ou seja, "não há alternativa". Os problemas decorrentes da reestruturação produtiva não poderiam ser confrontados por nenhuma outra solução senão a aposta no mercado e nas soluções individuais promovidas no âmbito do capitalismo neoliberal globalizado. A fórmula, dita e repetida, tornou-se sigla para os que dela compartilhavam. Parecia sustentável que não havia alternativa. Entretanto, havia outros posicionamentos frente a globalização e o neoliberalismo, tal como observamos no texto abaixo.

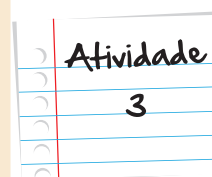
Leia o texto sobre o Fórum Social Mundial e reflita sobre as sugestões de Frei Betto.

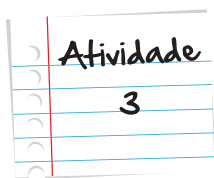
Um outro mundo é possível.

Frei Betto

"O Fórum Social Mundial de Porto Alegre, agora em segunda edição, reúne e converge as atenções daqueles que reconhecem o fracasso do atual modelo de globalização. Segundo dados do Banco Mundial, somos 6,1 bilhões de pessoas no planeta, das quais 1,2 bilhão vivem abaixo da linha da miséria (renda mensal inferior a US\$ 30) e 2,8 bilhões abaixo da linha da pobreza (renda mensal inferior a US\$ 60).

Para João Paulo II, este modelo de globalização agrava as desigualdades entre as nações e penaliza os pobres. Hoje, 80% da produção industrial do mundo é absorvida por apenas 20% da população da Terra. E quatro cidadãos dos EUA - Bill Gates, Larry Ellison, Warren Buffett e Paul Allen - possuem, juntos, fortuna superior às riquezas de 42 nações com 600 milhões de habitantes.





“O livre mercado resultou em guerras; o receituário do FMI empobrece a América Latina e leva a Argentina à falência, obrigando o Brasil a sofrer uma sangria mensal de US\$ 2 bilhões; o desemprego tornou-se crônico; o socialismo faliu no Leste europeu. São fatores que nos obrigam a refletir sobre o estado atual do mundo e a encontrar uma saída, através da qual o bem comum se sobreponha aos interesses privados, os direitos humanos à ambição de lucro, o bem-estar social ao monetarismo ortodoxo que estabiliza moedas e desestabiliza populações.

(...)

A prioridade não é contrapor-se ao Fórum Econômico Mundial, transferido de Davos para Nova York, nem denunciar os desacertos gritantes do atual modelo de globalização, mas abrir pistas de esperança, a partir de experiências concretas, rumo a um novo modelo de sociedade sustentável, solidária, centrada na defesa dos direitos humanos e dos recursos da Terra.

(...)

Em Porto Alegre naufraga a ditadura do pensamento único e irrompe a certeza de que sonho que muitos sonham transforma-se em realidade.

(Fonte: <http://alainet.org/active/1707>)

Em “Um outro mundo é possível”, escrito em 2002, Frei Betto, se opõe a ideia apresentada por Margareth Thatcher segundo a qual não haveria alternativas ao modelo de capitalista neoliberal. O autor resume, ainda, a crítica ao “atual modelo de globalização”. Agora que você já leu o texto e refletiu sobre ele, responda:

Retire do texto duas críticas ao modelo.

Qual seria o principal objetivo do Fórum Social Mundial, segundo Frei Betto?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 2

As lutas antiglobalização

Já na década de 1990, diversas manifestações espalhadas pelo mundo, passaram a se autodenominar “lutas antiglobalização” ou “antimundialismo”. Ao que tudo indica, o nome surgiu da *Ação Global dos Povos*, movimento que coordenou vários dias de ação contra o sistema capitalista, cujo início foi em junho de 1999, na cidade de Colônia, Alemanha.

A partir da crítica aos efeitos destrutivos da globalização capitalista, particularmente a denúncia do poder das empresas transnacionais e a concentração de riquezas nos países do norte, as manifestações assumiram heterogeneidade marcante. Podiam ser lutas ecológicas, feministas, indígenas, de comunidades tradicionais como quilombolas, por exemplo. Neste processo, surgiram Organizações Não Governamentais (ONG's) e Grupos de Defesa desta e daquela causa. Observando essa diversidade de ações e grupos, alguns autores chegaram a associar as lutas antiglobalização aos chamados novos movimentos sociais. Não raro, estiveram juntos os trabalhadores e seus sindicatos, os camponeses e suas ligas e movimentos, os estudantes e os grupos e partidos de esquerda.

Em meio à diversidade de bandeiras, destacaram-se como propostas em comum: o cancelamento das dívidas externas dos países pobres, a proteção do meio ambiente com a redução da emissão de gases poluentes, a modificação das regras de comércio internacional e a denúncia contra o superpoder das multinacionais. Opondo-se aos organismos internacionais de gestão do capitalismo, como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), estes movimentos apropriam-se da internet como meio de comunicação, mobilização e formação de seus militantes.



Figura 10 – Lutas antiglobalização.

Mais recentemente, a partir de setembro de 2011, o movimento *Occupy Wall Street* tomou o distrito financeiro de Wall Street, em Nova Iorque, nos EUA. Denunciando a responsabilidade do sistema financeiro internacional pela desigualdade, a pobreza e a crise mundial, o protesto espalhou-se por outras cidades dos EUA e do mundo. Estabelecidos em ocupações permanentes, os manifestantes organizam assembleias para decisões de encaminhamento coletivo de reivindicações e passam a conviver cotidianamente em meio à enorme diversidade de pessoas e projetos que ali se encontram representados. Sob o slogan “Nós somos os 99%”, o grupo denuncia a concentração de renda nos EUA.

Outras manifestações com essas características foram o *Movimento 12 de Março* ou *Geração à Rasca*, em Portugal; o *Movimento 15 de Março* ou *Movimento dos Indignados*, na Espanha e na Itália. Uma inspiração para os manifestantes foi a chamada *Primavera Árabe* que derrubou os governos da Tunísia e do Egito.



Saiba Mais

Primavera Árabe

O termo Primavera Árabe nomeia os diversos movimentos, aparentemente desconexos, que desde dezembro de 2010 vêm sacudindo países no norte da África e na Península Arábica. Foi criado a partir das preexistentes Primavera dos Povos - em referência às revoluções nacionais e socialistas que abalaram a Europa por volta de 1848 e da Primavera de Praga, movimento em defesa da liberdade e da autonomia da antiga Tchecoslováquia frente à dominação soviética, em 1968.

Em todos os casos, o que se quer evidenciar são movimentos com forte presença popular, em defesa da democracia e das liberdades individuais e coletivas que se opuseram a regimes autoritários ou ditatoriais. Mas, o que estamos chamando de Mundo Árabe? O Mundo Muçulmano? Do Oriente Médio? É possível afirmar que se trata de um único “Mundo” em movimento? Por Oriente Médio compreende-se uma região que ocupa a maior parte do sudoeste asiático. Já o Mundo Árabe é o conjunto formado por mais de 250 milhões de pessoas que ocupa o norte da África e o Oriente Médio. O mundo Muçulmano é maior que esses dois universos: abrange mais de um bilhão de pessoas, na África, na Ásia mas também fora delas. Se há coerência na utilização do termo Mundo Árabe, isto se refere às raízes históricas mais ou menos compartilhadas como: a adesão ao islamismo a partir do século VII por árabes, persas, turcos e a submissão ao Imperialismo europeu em fins do XIX e início do XX.

Em relação aos movimentos apontados na “Primavera Árabe” parece importante analisar a dinâmica entre o comportamento político individual e o coletivo - particularmente evidenciada no episódio da autoimolação (atear fogo em seu próprio corpo) de Mohamed Bouazizi, jovem tunisino que ao atear fogo ao próprio corpo, em dezembro de 2010, chocou e ajudou a mobilizar milhares de pessoas em seu país e fora dele. O que há de particular nesse caso? Trata-se de um desempregado que, por falta de opção transforma-se em vendedor ambulante de frutas. Proibido pelas autoridades locais de continuar com a atividade, pressionado pela carência e, segundo depoimentos, humilhado pela fiscalização - até aqui poderíamos estar descrevendo a rotina de um camelô no Centro do Rio de Janeiro, você não acha? - Bouazizi decide-se pela autoimolação.

Uma das demandas apresentadas pela Primavera Árabe em seu conjunto é a realização de eleições livres. A ideia claramente defendida é de que a democracia tem como um de seus fortes pilares a existência de eleições livres e periódicas.

(...)

A participação de jovens e, notadamente, de mulheres parece ser outra chave para a democratização. As mulheres tiveram atuação pioneira na Tunísia, onde foram vistas e fotografadas puxando seus maridos e filhos para as ruas. Há imagens de colunas de mulheres usando o véu islâmico nas manifestações da Praça Tahir, no Egito. Em 2011, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido a três mulheres: a presidente liberiana, Ellen Johnson Sirleaf, sua compatriota e militante pela paz Leymah Ghowee e a iemenita Tawakkul Karman, ativista da Primavera Árabe.

Mas há outro detalhe que vem chamando muita atenção. A disseminação das redes sociais e das tecnologias de telefonia celular - tanto para falar, quanto para transmitir imagens via satélite, parecem ser um traço novo e marcante no conjunto dos movimentos em análise. É interessante destacar também que esses métodos de resistência tem se associado e mesmo impulsionado, os tradicionais métodos de organização como greves, comícios e passeatas. É assim que o Ocidente tem tomado contato com pessoas reais, em tempo real o que tem sido um poderoso antídoto contra preconceitos e slogans fáceis a propósito da cultura islâmica.

Saiba Mais

Particularmente interessante é a mobilização dos participantes de um movimento em relação ao desastre provocado pela passagem do furacão Sandy pela costa leste dos EUA, em 2012, os *occupiers*. Os manifestantes denunciavam que a ajuda do governo aos desabrigados e desamparados vem juntamente com o endividamento dessas pessoas, que deverão pagar, no futuro, pela ajuda recebida agora.

Também na Europa, diversos acampamentos do movimento Occupy existiram e persistiram: Frankfurt (até fevereiro de 2012); Paris (até dezembro de 2011) e Madri (até junho de 2011), por exemplo.

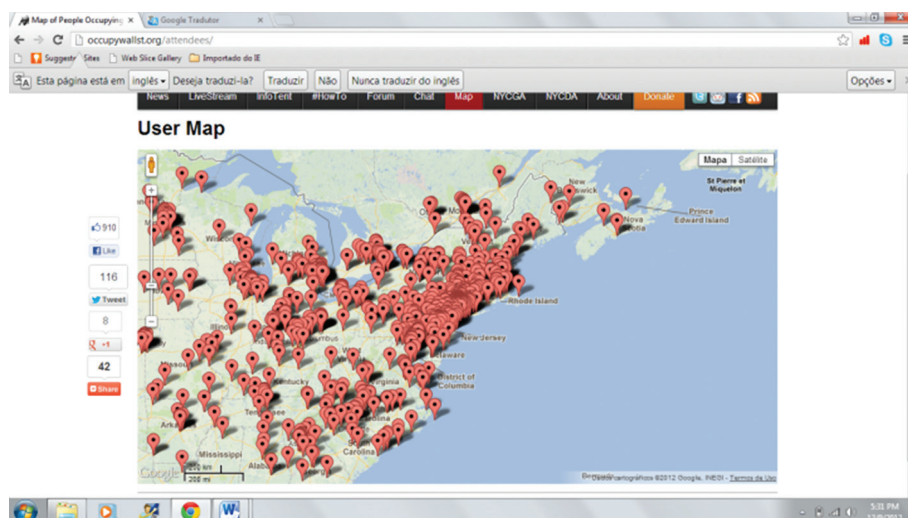


Figura 11- Mapa dos núcleos do movimento Occupy nos EUA.

Observando a riqueza dessas manifestações, Richard Sennet, sociólogo americano, escreveu:

“O que me interessa no movimento “Occupy” é que ele não foi tanto uma questão de ideologia, e sim de grupos de pessoas que nunca tinham passado muito tempo juntas e de repente se viram dividindo o mesmo espaço. Aqui em Londres, tínhamos os estudantes de sempre misturados a desempregados, pensionistas e gente que aparecia para protestar por motivos variados. Eram pessoas que estavam acostumadas a ler umas sobre as outras, mas que nunca tinham dialogado. Em um protesto político normal, as pessoas passam duas ou três horas juntas e se dispersam, mas no “Occupy” elas estavam no mesmo lugar dia após dia. Como ninguém consegue protestar o tempo todo, o que acontecia era muito bate papo, uma convivência que normalmente não é considerada “ação política”. O mais significativo dos protestos não eram os slogans, e sim as descobertas que as pessoas faziam umas sobre as outras. Foi um momento especial. Não sei se ele pode ser revivido, mas nele vislumbramos uma sociedade em que esse tipo de atitude poderia ser mais rotineira.” (Entrevista ao cadernos Prosa e verso do Jornal “O Globo” 11.08.2012)

Seção 3

O Brasil hoje



Figura 12 – Slogan do governo federal na Era Lula-Dilma.

Já prestou atenção nas frases acima? Repare que em destaque está a palavra Brasil, em segundo plano um slogan “um país de todos” ou “país rico é país sem pobreza”, tendo também uma assinatura: Governo Federal. Consegue imaginar do que se trata? No primeiro caso, trata-se da propaganda do governo brasileiro durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva e, no segundo, durante a gestão Dilma Rousseff. Nestes slogans observamos o governo brasileiro construindo sua imagem através da propaganda e da aproximação com setores mais populares da sociedade. Você imagina as razões para isto?

Uma boa dica para início de conversa é pensarmos que tradicionalmente nosso país concentrou riqueza e poder nas mãos de poucos. Não por acaso, figuramos entre os países mais desiguais do planeta. É fato também que, como vimos antes, o processo de redemocratização pós-ditadura civil-militar, nos anos 1980, deu visibilidade a gru-

pos sociais e projetos políticos que tinham como base de sustentação a defesa da democracia e da cidadania. Você lembra que a Constituição brasileira de 1988 representou grande novidade em relação à cidadania? Pela primeira vez em nossa História, uma constituição assegurava direitos sociais como saúde e educação a todos os cidadãos. Ocorre que, embora estando na lei, esses direitos não foram efetivamente estendidos a todos. Daí persistirem a desigualdade e a pobreza.

Quando as restrições do Consenso de Washington e as reformas do modelo neoliberal – que estudamos na seção anterior – foram implantados no Brasil, ao longo dos anos 1990, os problemas aumentaram. Por um lado, a Reforma do Estado buscava torná-lo mínimo e materializou-se nas privatizações de empresas estatais. Por outro, deteve-se o processo de universalização de políticas sociais, o que aprofundou a pobreza e a desigualdade.

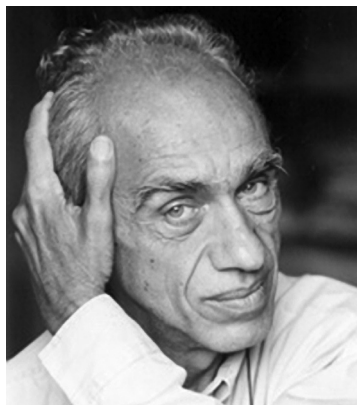
Em 2002, um candidato que tinha sido operário, líder sindical nas greves do ABC paulista durante a ditadura, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), migrante nordestino, deputado constituinte em 1988, chegou ao poder. Isso gerou uma enorme expectativa de que a desigualdade e a pobreza fossem, finalmente, combatidas com um empenho jamais visto.



Figura 13 - Início da trajetória política de Lula, no Movimento Sindical.

Dialogando com as expectativas dos seus eleitores, uma das características do governo Lula foi a ampliação de programas sociais. Em seu primeiro mandato criou o “*Fome Zero*”, programa que tinha o objetivo de erradicar a fome no país, assegurando o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Com forte inspiração nas ideias do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que dizia que “Quem tem fome tem pressa”, o “*Fome Zero*” ganhou repercussão internacional. Outro programa lançado por Lula foi o “*Bolsa Família*”, que beneficia famílias em situação de pobreza extrema com a condição de que mantenham os filhos na escola e com a carteira de vacinação atualizada. Pode-se listar, ainda, o “*Brasil Alfabetizado*”, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Saiba Mais



Quem foi Betinho?

“O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, (...) tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a campanha contra a fome. Betinho mobilizou a sociedade brasileira para enfrentar a pobreza e as desigualdades. Hemofílico, morreu de Aids em 9 de agosto de 1997, deixando um exemplo de solidariedade e de luta pela transformação social. A Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida não foi a única frente em que Betinho se envolveu desde que voltara do exílio. Ainda nos anos 1980 foi articulador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Junto com outras entidades, o Ibase organizou em 1990 o evento “Terra e Democracia”, que levou 200 mil pessoas ao Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro”. (Retirado de: <http://www.ibase.br/pt/perfil-betinho/>)

Durante o governo Lula os índices de geração de empregos e renda foram elevados. As relações econômicas com o resto do mundo também foram positivas e nossas exportações cresceram. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado durante o segundo mandato, mostrava uma política pública de planejamento que previa um conjunto de obras de infraestrutura, habitação e de apoio ao desenvolvimento econômico. Outro marco econômico do período foi a descoberta do **pré-sal**, assegurando ao país mais uma riqueza a ser explorada.

O que é o Pré-Sal?

Os jornais lançam notícias sobre o pré-sal frequentemente. Mas o que significa *pré-sal*? Trata-se da descoberta e o desenvolvimento de tecnologias para exploração de petróleo em águas profundas na plataforma continental brasileira. As estimativas do governo apontam que as reservas atinjam entre cinco e oito bilhões de barris de petróleo e gás natural. (Adaptado de: <http://www.conexaoaluno.rj.gov.br/especial.asp?EditeCodigoDaPagina=1478>).

Apesar disto, muitas críticas foram e são feitas aos alcances das mudanças implementadas no governo Lula. Como a reforma agrária e a tributária que avançaram muito pouco. As denúncias de corrupção do e no governo Lula, decepcionaram os que apostavam no avanço da democratização do Estado. Apelidado pela mídia de “mensalão”, o esquema político de compra de votos, onde os deputados recebiam “mesadas” em troca de apoio a projetos políticos, evidenciava a persistência do histórico problema. Além disso, a desigualdade segue sendo uma das principais características de nossa sociedade.

Em 2010: uma mulher presidente do Brasil

“Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”,

(Dilma Roussef. Discurso de posse Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/01/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>)



Figura 14 - Lula e sua herdeira política, Dilma Rousseff

Em 2010, Lula apoiou a campanha da ex-Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT) para presidência da República. Vencendo José Serra (PSDB), Dilma representou uma novidade, pois foi a primeira mulher a alcançar este cargo no Brasil. Militante da guerrilha contra a ditadura civil-militar, foi presa, torturada e processada entre os anos de 1970 a 1973.



Figura 15 - Foto de Dilma com 22 anos, respondendo a um interrogatório na sede da Auditoria Militar do Rio de Janeiro – após 22 dias de tortura. A foto inédita foi revelada pelo livro *A vida quer coragem*, de Ricardo Amaral, que conta a história da juventude militante da presidente.

Nas urnas, o povo optou pela continuidade do modelo político adotado por Lula ao eleger Dilma. Em seu governo, a presidente deu continuidade aos investimentos nos programas iniciados pelo seu antecessor.

“Estudos e pesquisas mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, a política econômica de garantia do emprego e elevação do salário-mínimo, a recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), a articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável.

De modo geral, utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, costuma-se organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critério a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão. Por esse critério, chegou-se a conclusão de que, entre

2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; já no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões. A expansão verdadeiramente espetacular, contudo, ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão tem levado a afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, de que teria surgido uma nova classe média no país.” (CHAUI, Marilena. *Uma nova classe trabalhadora brasileira*. pp. 123-133 In: SADER, Emir (org). *Lula e Dilma: dez anos de governos pós neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013)

O Brasil e a política externa na “Era Lula-Dilma”

“Gostaria de falar de três pontos que acho que merecem destaque na nossa política externa. A importância de ter colocado a fome como tema central em todos os fóruns mundiais, a aproximação com os países da América Latina e da África e os esforços para mudar as instituições multilaterais e a governança global” (LULA DA SILVA: *Adaptado de: <http://www.institutolula.org/lula-fala-dos-tres-eixos-da-politica-externa-de-seu-governo-em-conferencia-na-ufabc/#.Ujr21n96-g5>*.

As relações geopolíticas internacionais sofreram grandes mudanças através das décadas. Se a década de 80 foi considerada a época do retorno do poder norte-americano, os anos 90 foram marcados pela globalização e pela

vitória neoliberal. A partir de 2001, fala-se da época dos impérios e da guerra global ao terrorismo. O ataque às torres gêmeas em Nova Iorque, em setembro de 2001, marcou uma virada na política externa norte-americana materializada pela invasão do Afeganistão e do Iraque.

A China e o sudeste asiático ganharam destaque e peso importantes nas relações comerciais e políticas internacionais. Esse era o cenário mundial quando Lula assumiu a presidência em 2003.

Um ponto marcante da política externa do período Lula foi sua ênfase em colocar na **agenda internacional** temas sociais como o combate à fome. Essa posição ficou clara quando o presidente brasileiro afirmou, no Fórum Econômico Mundial, em Davos (2003), frente a um presidente americano comprometido com a guerra contra o terrorismo, que a única guerra que ele queria levar adiante era contra a fome e a pobreza.

Agenda internacional – questões internacionais do momento. Atualmente a agenda internacional privilegia a proteção dos direitos humanos, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da mulher e da criança, as regras do comércio, a luta contra o terrorismo e o fundamentalismo religioso, a não proliferação nuclear, o regionalismo e a integração econômicos.



Saiba Mais

Lula direcionou a política externa brasileira no sentido das negociações comerciais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, com destaque para a Índia, África do Sul, China e Rússia. As relações com a América do Sul também foram um ponto importante da nossa política externa no período. Nesse sentido, o discurso de posse de Dilma reitera o compromisso de associar o destino do Brasil ao da América do Sul. Os dois governos buscaram alianças privilegiadas no eixo Sul-Sul, o que se torna claro com a criação do **IBAS** (sigla que se refere aos membros do grupo – Índia, Brasil e África do Sul) ou **G-3**.

A sociedade e suas lutas

No mundo atual, as Organizações não governamentais (ONGs) são instituições sem fins lucrativos, caracterizadas por fundações, associações e demais organizações de natureza jurídica privada com finalidade pública. Sob o termo "organização não governamental" se insere um vasto número de organizações, que vão desde uma pequena associação de produtores rurais do interior da Paraíba à Fundação Roberto Marinho.

A explosão da criação de ONGs ocorre na década de 1990 e produz uma mudança no perfil destas organizações. As primeiras foram criadas no marco da redemocratização do Brasil - em fins da década de 70 - e atuavam numa perspectiva de participação cidadã, interferindo nos marcos da ampliação dos direitos sociais durante a década de 80. Já as mais recentes responderam ao modelo de privatização do Estado implementado no período e passaram a atuar como prestadoras de serviço, uma espécie de terceirização do papel do Estado.

Veja aqui as principais áreas de atuação das ONGs no Brasil:

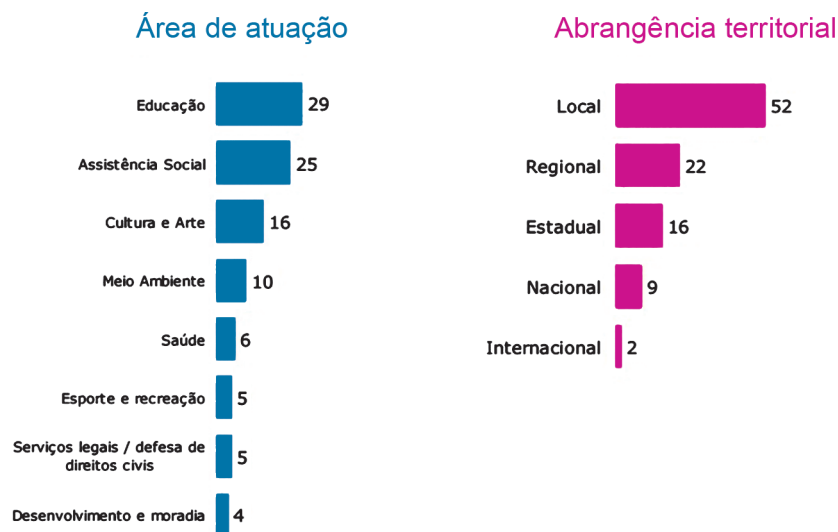


Figura 16 - Atuação das ONG no Brasil

Resumo

Nessa unidade você aprendeu que:

- O Estado do Bem-estar Social foi um período do capitalismo em que a educação, o emprego, a saúde, a previdência e a assistência passaram a ser priorizados nos projetos de desenvolvimento.
- A globalização é um processo de mundialização das relações sociais, financeiras e culturais.
- Houve uma crise no modelo de Estado de Bem estar social, dando início à época neoliberal.
- A crise atinge o Brasil e o resultado foi o aumento da dívida externa e manutenção da desigualdade social
- O modelo neoliberal também entra em crise. A insatisfação gera movimentos que se colocam contrários à globalização capitalista, denunciando a concentração de riquezas.

- Durante a Era Lula-Dilma, o governo brasileiro adota uma postura de valorização de programas sociais.
- A política externa privilegia uma agenda internacional de combate à fome e à miséria e se baseou na adoção do multilateralismo.
- Cresceram as ações de combate a fome e a miséria por iniciativa das Organizações não Governamentais.

Veja Ainda

Filmes

- **A batalha de Seattle** (2007). Direção de Stuart Townsend.

O filme retrata as manifestações nas ruas de Seattle, em protesto contra a Organização Mundial de Comércio.

- **Biutiful** (2010). Direção de Alejandro González Iñárritu.

O filme aborda a vida de Uxbal (Javier Bardem) que coordena vários negócios ilícitos, que incluem a venda de produtos nas ruas da cidade e a negociação do trabalho de um grupo de chineses, cujo custo é bem menor por não serem legalizados e viverem em condições precárias.

- **A dama de ferro** (2011). Direção de Phyllida Lloyd.

O longa mostra a história da ex-Primeira Ministra da Inglaterra Margaret Thatcher

- **Lula: o Filho do Brasil** (Brasil/ 2009). Direção: Fábio Barreto

O filme é baseado em um livro homônimo, escrito por Denise Paraná, e conta a história de Lula desde o seu nascimento até o momento da morte de sua mãe – quando, aos 35 anos, Lula era um sindicalista atuante, que já havia sido detido pela polícia durante a ditadura militar.

Sites

- **occupywallst.org**. Neste sitio você irá perceber a dinâmica atual do movimento *occupiers*.

Imagens

Figura 1: Cláudia Affonso

Figura 2: Cláudia Affonso

Figura 3: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=35910>

Figura 4: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=873>

Figura 5: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:ItaipuAerea2AAL.jpg?uselang=pt-br>

Figura 6: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_de_Janeiro_Ponte_Niteroi_Aerea_102_Feb_2006.jpg

Figura 7: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kernkraftwerk_Angara.jpg

Figura 8: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=224>

Figura 9: <http://pt.indymedia.org/conteudo/editorial/21>

Figura 10: <http://passapalavra.info/?p=18911>

Figura 11: <http://occupywallst.org/attendees/>

Figura 13: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,entortando-o-torno,768064,0.htm>

Figura 14: <http://www.institutolula.org/galerias/galerias1396/7/?novoalbum=LulaEDilmaEmSeminarioEmPortoAlegre>

Figura 15: <http://www.viomundo.com.br/humor/lobao-diz-que-dilma-sequestrou-aviao-e-luana-que-e-pau-mandado.html>

Figura 16: <http://www.spsg.com.br/causas/ong-terceiro-setor-segue-em-crescente-desenvolvimento-no-brasil/>

Atividade 1

O aluno deverá ser capaz de distinguir problemas de caráter temporário de crises estruturais. Ele poderá dar o exemplo do desemprego estrutural, que acaba com empregos existentes por uma profunda mudança tecnológica ou econômica.

O aluno deverá reconhecer que durante a Era de Ouro do capitalismo o governo financiava pesquisas tecnológicas de ponta, desenvolvendo um campo de risco para a paz mundial e o meio ambiente. Havia um forte interesse das empresas privadas no setor bélico (militar), e a possibilidade do aumento do consumo em massa, aumentando, assim, a necessidade de mais recursos naturais e matérias-primas.

Atividade 2

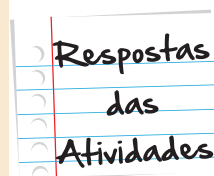
O afastamento mostra que o PIB per capita cresceu muito mais do que o salário mínimo real no Brasil durante as décadas de 1940 e 1999.

É possível observar que o maior afastamento das duas linhas se dá durante o período histórico chamado de Milagre Brasileiro (1969-1973)

Atividade 3

Uma crítica vem do Papa João Paulo II: “Para João Paulo II, este modelo de globalização agrava as desigualdades entre as nações e penaliza os pobres. Hoje, 80% da produção industrial do mundo é absorvida por apenas 20% da população da Terra”. Outra crítica do texto: “O livre mercado resultou em guerras; o receituário do FMI empobrece a América Latina e leva a Argentina à falência, obrigando o Brasil a sofrer uma sangria mensal de US\$ 2 bilhões; o desemprego tornou-se crônico; o socialismo faliu no Leste europeu”.

Segundo Frei Beto, o Fórum Social Mundial tem como prioridade abrir pistas de esperança, a partir de experiências concretas, rumo a um novo modelo de sociedade sustentável, solidária, centrada na defesa dos direitos humanos e dos recursos da Terra.



Bibliografia Consultada:

- CEPALUNI, Gabriel & VIGEVANI, Tullo. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da Autonomia pela Diversificação. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, julho/dez 2007, p. 273-335.
- CHESNAIS, François. Tendências profundas do imperialismo e ampla crise de leadership. In: *Revista Margem Esquerda*. Nº 1, 2003. Editorial Boitempo, pp 11-18.
- CHOMSKY, Noam. Os dilemas da dominação. In: BORON, A. (org) *Nova hegemonia mundial. Alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp 15-36.
- EVANGELISTA, Fernando. *Caros Amigos*, agosto de 2001, ed 53.
- FIORI, José Luís. *O poder Global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org). *Lula e Dilma: dez anos de governos pós neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, pp. 31-52.
- _____. “O consenso de Washington”. Palestra proferida no CCBB, em 04/09/1996.
- _____. Acumulação global e ingovernabilidade local. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz (Org.) *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no Congresso Nacional, em Brasília. In: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. *A política externa do Brasil*. Brasília: IPRI/Funag, 2003a.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SANTOS, Boaventura S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez, 2004. Disponível em http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em 3/12/2012
- SANTOS, Boaventura S. *Um discurso sobre as ciências*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- WOOD, E. O que é anticapitalismo? In: *Revista Crítica Marxista*, nº 17, novembro/2003, pp 37-50. Campinas, Ed Revan.

Sites acessados:

- <http://abong.org.br/ongs.php>
- <http://www.sosma.org.br/quem-somos/historia-2/>



O que perguntam por aí?

Questão 1 (Enem 2011)

O ex-presidente do Banco Central americano disse ontem que “um tsunami do crédito que ocorre uma vez por século” trouxe os mercados financeiros. Em audiência na Câmara dos Representantes dos EUA, frisou que as instituições não protegeram os investidores e aplicações tão bem como ele previa.

Adaptado de O Globo, 24/10/2008

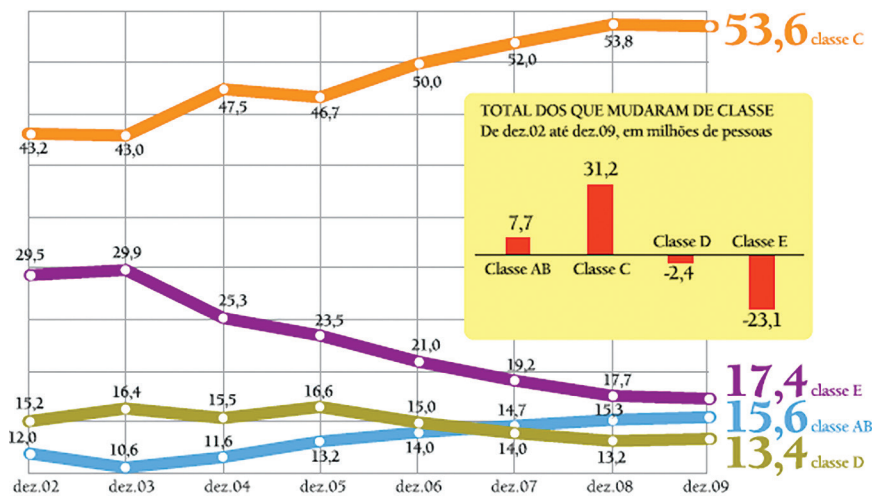
A crise financeira que se intensificou no mundo a partir do mês de outubro de 2008 colocou em xeque as políticas neoliberais, adotadas por muitos países a partir da década de 1980. A principal crítica ao neoliberalismo, como causador dessa crise, está relacionada com:

- a. diminuição das garantias trabalhistas;
- b. estímulo à competição entre as empresas;
- c. reforço da livre circulação de mercadorias;
- d. redução da regulação estatal da economia.

Resposta: D

Questão 2 (Enem 2011)

No gráfico abaixo, estão representadas mudanças no perfil socioeconômico da população brasileira entre 2002 e 2009.



Adaptado de Folha de S. Paulo, 18/04/2010

Um dos principais fatores que possibilitaram as mudanças representadas no gráfico é:

- a. elevação do poder aquisitivo;
- b. ampliação da expectativa de vida;
- c. estabilização da oferta de emprego;
- d. diminuição da taxa de analfabetismo.

Resposta: A

Questão (UERJ 2012)

A crítica feita nos quadrinhos se relaciona com uma contradição do capitalismo globalizado, o qual se caracteriza simultaneamente por:



ANDRÉ DAHMER
Adaptado de O Globo, 25/04/2012.

- a. elitização do acesso digital – popularização das mídias alternativas;
- b. requinte dos sistemas produtivos – declínio dos regimes democráticos;
- c. manipulação dos padrões técnicos – simplificação dos métodos de gestão;
- d. consumo de produtos sofisticados – exploração da força de trabalho fabril.

Resposta: D



